

MARCAÇÃO CE

DIRECTIVA DOS PRODUTOS DA CONSTRUÇÃO (DPC)
89/106/CE

0. ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO

2. DIRECTIVAS "NOVA ABORDAGEM"

3. DIRECTIVA DOS PRODUTOS DA CONSTRUÇÃO (DPC)

4. NORMAS EUROPEIAS HARMONIZADAS

5. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

6. MARCAÇÃO CE

7. SISTEMA DE CONTROLO DA PRODUÇÃO

BIBLIOGRAFIA

1. INTRODUÇÃO

A livre circulação de produtos e mercadorias é um dos principais objectivos do Mercado Único. Para tal, a União Europeia desenvolveu uma série de estratégias conducentes à eliminação de qualquer tipo de barreira ou fronteira, entre as quais se encontram:

- O reconhecimento mútuo para a comercialização de produtos legalmente fabricados num Estado Membro por qualquer outro que integre a União Europeia;
- A harmonização técnica, mediante o estabelecimento de requisitos legais comuns para cada produto ou família de produtos no âmbito europeu.

A Directiva Comunitária dos Produtos de Construção (DPC) – Directiva 89/106/CEE, de 21 de Dezembro de 1988, alterada pela Directiva 93/68/CEE, de 22 de Julho de 1993 – é uma das mais importantes das Directivas da Nova Abordagem, e foi criada com o objectivo de enquadrar o funcionamento do mercado interno europeu dos produtos da construção, estabelecendo condições para a sua livre circulação no Espaço Económico Europeu.

A directiva 89/106/CEE está a introduzir uma verdadeira revolução no mercado Europeu dos materiais de construção, esta directiva tem sofrido algum atraso na sua implementação devido à existência de normas técnicas, especificações e normas de ensaio em uso no mercado nacional diferentes das normas europeias, bem como de alguns problemas já identificados ao nível do Comité Europeu de Normalização (CEN) na sua implementação:

- Falta de clareza quer para os produtores quer para os utilizadores quanto ao conceito de Marcação CE;
- A sua exigência ou não difere de Estado Membro para Estado Membro. Em 4 Estados Membros (Finlândia, Irlanda; Suécia e Reino Unido) a Marcação CE é apenas um de entre várias possibilidades legais aceites para exprimir as características de desempenho dos produtos
 - A obrigação da Marcação CE cria importantes problemas de custos para pequenos produtores, e para aqueles que tenham que lidar com pequenas séries ou

com produtos individualizados. Daí que haja a necessidade de encontrar soluções diferentes, que ao mesmo tempo reduzam o peso administrativo das empresas e assegurem que os Estados Membros mantêm níveis apropriados de segurança.

Nos últimos anos a tarefa principal do Comité Europeu de Normalização (CEN) tem sido a ser a normalização europeia de normas do produto e normas de ensaios, este comité é constituído por mais de 300 consultores que representam os vários países da união Europeia.

2. DIRECTIVAS “NOVA ABORDAGEM”

Antes de 1985, os Estados-membros impuseram as suas especificações técnicas e os seus controlos de conformidade para os produtos manufacturados. A partir de 1985, as Directivas da Comunidade Europeia vieram estabelecer os requisitos técnicos comuns para cada categoria de produtos, bem como os procedimentos de avaliação da sua conformidade (a Nova Abordagem).

A Nova Abordagem, tal como definida pela Comunidade Europeia (CE), representa um modo inovador de harmonização técnica:

- As directivas da CE definem os «Requisitos Essenciais» a que os bens devem obedecer quando colocados no mercado
- Os Organismos Europeus de Normalização têm por missão estabelecer as especificações técnicas em correspondência com os requisitos essenciais das directivas. Estas especificações são referidas como as “normas harmonizadas”.

As Directivas da União Europeia são conhecidas como “Directivas Nova Abordagem” definem “requisitos essenciais” (por ex: relacionados com a saúde, Segurança e o Ambiente), com os quais os produtos devem estar conformes, antes da sua colocação no Mercado Europeu.

O Comité Europeu de Normalização (CEN) representa todos os organismos nacionais responsáveis pela normalização dentro da UE e da EFTA, e.g. AFNOR, BSI, DIN, DIN, UNI, SNV, etc., e actua em representação da Comissão Europeia na preparação das Normas Europeias harmonizadas, em resposta aos Mandatos da CE.

“Normas harmonizadas” - são normas europeias adoptadas pelo Comité Europeu de Normalização (CEN) na sequência de um mandato conferido pela Comissão Europeia. O seu desenvolvimento decorreu através de um processo aberto e transparente, por meio de consenso entre todas as partes interessadas.

A normalização é fundamental para a evolução sustentada dos mercados, permitindo acções benefício direccionadas para o produtor e o consumidor:

- Reforça directamente o potencial de mercado;
- Encoraja o desenvolvimento tecnológico;
- Garante o bem estar dos cidadãos Europeus;
- Promove um trabalho que conduz a uma maior protecção ambiental.

Exemplos de directivas “Nova Abordagem”:

73/23/CEE - Equipamento eléctrico de baixa tensão

87/404/CEE- Recipientes sob pressão

89/106/CEE – Produtos da Construção

89/336/CEE- Compatibilidade electromagnética

89/686/CEE- Equipamento de protecção individual

90/384/CEE- Equipamentos de pesagem

90/396/CEE- Aparelhos a gás

92/42/CEE- Caldeiras de água quente

97/23/CEE- Equipamentos sob pressão transportáveis

98/37/CEE- Máquinas

...

<http://www.newapproach.org/Directives/DirectiveList.asp>

→ directivas da mercap CE

3. DIRECTIVA DOS PRODUTOS DA CONSTRUÇÃO (DPC)

A DPC - 89/106/CE, de 21 de Dezembro de 1988 - foi criada com o objectivo de enquadrar o funcionamento do mercado interno europeu dos produtos da construção, estabelecendo condições para a sua livre circulação

Deverá ter como objectivo abolir os obstáculos técnicos e regulamentares existentes à livre circulação e uso de produtos da construção na área económica europeia.

Para que o mesmo possa ser alcançado, deverá ser criada uma linguagem técnica comum, através da qual os produtores expressem as características / desempenho dos produtos que colocam no mercado europeu.

Essa informação sobre as características/desempenho dos produtos, deverá permitir aos seus utilizadores a escolha entre os produtos disponíveis no mercado. (ou seja, que mediante as características daquele produto, o seu utilizador saiba que ao aplicá-lo, satisfaz os requisitos aplicáveis aos trabalhos em que o mesmo é empregue).

Em síntese a DPC tem em vista:

- Eliminar barreiras técnicas ao comércio,
- Tornar o mercado acessível para o maior número de fabricantes possível,
- Garantir a transparência do mercado,
- Criar as condições para um sistema harmonizado de regras gerais na indústria da construção.

São de referir algumas especificidades da DPC que a distinguem de outras directivas:

- Cobre um universo maior e mais complexo de produtos (abrange produtos da construção desde materiais básicos a Kits bastante complexos;
- Define as exigências essenciais das Obras e não dos produtos da construção;
- Prevê a demonstração da aptidão ao uso dos produtos por referência a especificações técnicas harmonizadas;

- Estabelece a figura da Aprovação Técnica Europeia como uma das especificações técnicas e que se baseia a marcação CE dos Produtos da Construção;
- Prevê a existência de períodos de transição diferenciados para as diversas especificações técnicas.

Os produtos com marcação CE quando aplicados nas obras (caso estas sejam convenientemente concebidas e realizadas) irão permitirem satisfazer as exigências essenciais estabelecidas na DPC.

A directiva 89/106/CE de 21 de Dezembro de 1988, foi transposta para o Direito Português através de dois diplomas:

- Decreto –Lei 113/93, de 10 de Abril;
- Portaria nº 566/93, de 2 de Junho

(revogada pelo Decreto-Lei 4/2007 de 8 de Janeiro).

A 89/106/CE foi alterada pela directiva 93/68/CE, transposta pelos diplomas:

- Decreto-Lei 139/95 de 14 de Junho;
- Alterado pelo Decreto – Lei nº 374/98 de 24 de Novembro.

- Decreto-Lei 4/2007 de 8 de Janeiro

(Altera o Decreto –Lei 113/93, de 10 de Abril, nomeadamente os artigos 1º a 13, e efectua a sua republicação)

Encontram-se no âmbito da DPC *“Produtos da Construção” todos os produtos destinados a ser incorporados ou aplicados, de forma permanente, nos empreendimentos de construção.*

Entende-se por *“Empreendimentos de construção” os edifícios e algumas obras de construção e de Engenharia Civil*

Os produtos da construção devem estar aptos ao uso a que se destinam, por forma a permitir que as obras onde estes sejam incorporados cumpram com os requisitos essenciais da directiva.

Os requisitos deve, e condições normais de manutenção, ser satisfeitos durante um período de vida útil economicamente razoável. Os requisitos referem-se a factores previsíveis:

- 1-Resistência Mecânica e Estabilidade;
- 2-Segurança Contra Incêndios;
- 3-Higiene, Saúde e Ambiente;
- 4-Segurança na utilização;
- 5-Protecção contra o ruído,
- 6-Economia de energia e retenção de calor.

1. Resistência mecânica e estabilidade

As obras devem ser concebidas e construídas de modo a que as cargas a que possam estar sujeitas durante a construção e a utilização não causem:

- a) O desabamento total ou parcial da obra;
- b) Grandes deformações que atinjam um grau inadmissível;
- c) Danos em outras partes da obra ou das instalações ou do equipamento instalado como resultado de deformações importantes das estruturas de suporte de carga;
- d) Danos desproporcionados relativamente ao facto que esteve na sua origem.

2. Segurança contra incêndios

As obras devem ser concebidas e realizadas de modo a que, no caso de se declarar um incêndio:

- a capacidade das estruturas de suporte de carga possa ser garantida durante um período de tempo determinado,
- a deflagração e propagação do fogo e do fumo dentro da obra sejam limitadas,
- a propagação do fogo às construções vizinhas seja limitada,
- os ocupantes possam abandonar a obra ou ser salvos por outros meios,
- a segurança das equipas de socorro esteja assegurada.

3. Higiene, saúde e ambiente

A obra deve ser concebida e realizada de modo a não causar danos à higiene e à saúde dos ocupantes ou vizinhos, em consequência, nomeadamente:

- da libertação de gases tóxicos,
- da presença de partículas ou gases perigosos no ar,
- da emissão de radiações perigosas,
- da poluição ou contaminação da água ou do solo,
- da evacuação defeituosa das águas residuais, do fumo, dos desperdícios sólidos ou líquidos,
- da presença de humidade em partes ou em superfícies da obra.

4. Segurança na utilização

A obra deve ser concebida e realizada de modo a não apresentar riscos inaceitáveis de acidente durante a sua utilização e funcionamento, como por exemplo, riscos de escorregamento, desabamento, queda, queimadura, electrocussão e quaisquer danos provocados por explosão.

5. Protecção contra o ruído

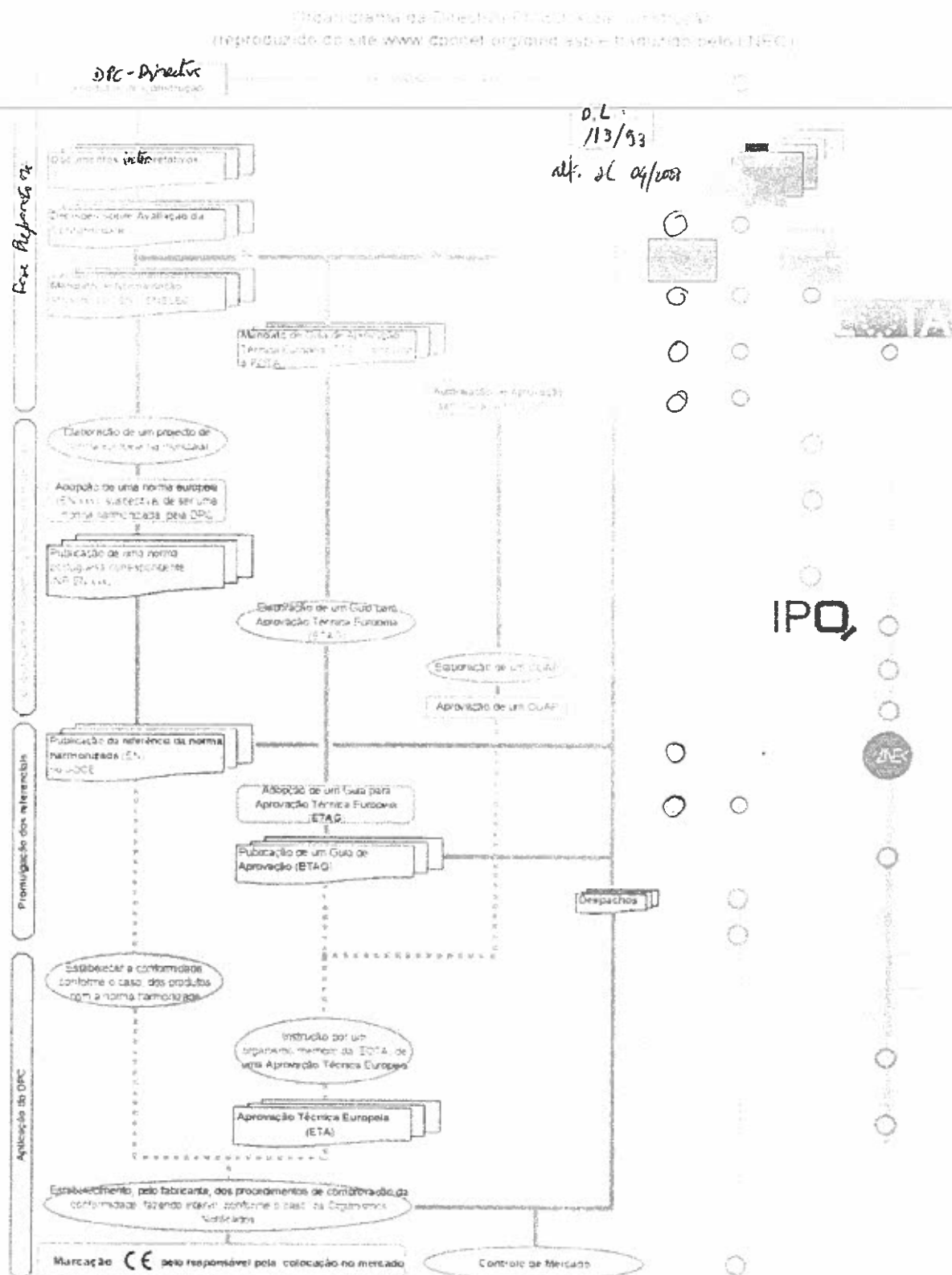
A obra deve ser concebida e realizada de modo a que o ruído captado pelos ocupantes ou pelas pessoas próximas se mantenha a um nível que não prejudique a sua saúde e lhes permita dormir, descansar e trabalhar em condições satisfatórias.

6. Economia de energia e retenção de calor

A obra e as instalações de aquecimento, arrefecimento e ventilação devem ser concebidas e realizadas de modo a que a quantidade de energia necessária para a sua utilização seja baixa, tendo em conta as condições climáticas do local e os ocupantes.

A DPC não visa uma completa harmonização das regulamentações nacionais, uma vez que os estados membros podem regulamentar, nos seus territórios, as características técnicas das construções e o seu controlo da execução.

ORGANOGRAMA DA DIRECTIVA



Quem põe o produto no mercado é quem tem a responsabilidade de marcar

① produtor é quem tem o controlo da produção e da qualidade do produto CE

○ - participação dos ent. de

Marca CE aplica-se ao produto final.

4. NORMAS EUROPEIAS HARMONIZADAS

por é elaborado 1 anexo e f faz referência - dir - de construç

Uma Norma Europeia Harmonizada é uma Norma Europeia preparada pelo CEN, sob mandato da Comissão Europeia, com vista ao cumprimento das exigências essenciais de uma directiva nova abordagem, tal como a Directiva Produtos da Construção (DPC).

As Normas harmonizadas são normas de características do produto cujo conteúdo se divide em:

- Partes voluntárias (não harmonizadas), referentes a características não regulamentadas em nenhum estado membro;
- Anexo Informativo ZA, cuja primeira parte ZA.1 identifica os requisitos objecto de regulamentação, sendo este anexo a parte da norma harmonizada.

O Anexo ZA confere à norma EN o carácter de norma harmonizada, identificando as suas cláusulas que dão satisfação às exigências essenciais da DPC e que fundamenta a marcação CE do produto tendo em conta o respectivo uso previsto.

ZA.1 – Objectivo e características pertinentes

Identifica as características harmonizadas do produto e as cláusulas da norma onde as mesmas são especificadas.

ZA.2 – Procedimentos para a avaliação de conformidade

ZA.2.1 – Sistema de Avaliação de Conformidade

ZA.2.2 – Certificado (eventual) e declaração de conformidade

ZA.3 – Marcação CE e Etiquetagem

No Jornal Oficial da Comunidade Europeia (JOUE) são publicadas as normas que se encontram harmonizadas:

<http://ec.europa.eu/enterprise/newapproach/standardization/harmstds/reflist/construc.html>

Comunicação da Comissão no âmbito da execução da Directiva 89/106/CEE do Conselho relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros no que respeita aos produtos de construção

(Texto relevante para efeitos do EEE)

(Publicação dos títulos e referências das normas harmonizadas ao abrigo da Directiva)

(2007/C 290/12)

A data de aplicabilidade da norma enquanto norma europeia harmonizada e a data do final do período de coexistência, ou seja, a data de entrada de especificações técnicas nacionais incompatíveis, após a qual a presunção de conformidade deve basear-se na norma europeia harmonizada, estão disponíveis na página <http://ec.europa.eu/enterprise/newapproach/nando/index.cfm?fuseaction=cpd.hs> do sistema de informação NANDO da Comissão Europeia.

EN	Referência e título da norma (documento de referência)	Referência da norma revogada e substituída	Data de entrada em vigor da norma revogada e substituída (EN 11)
CEN	EN 1:1995 Fogões de aquecimento a combustíveis líquidos com queimadores de vaporização ligados a uma conduta de evacuação dos produtos da combustão EN 1:1995/A1:2007	---	---
CEN	EN 40-4:2005 Candelários de iluminação pública — Parte 4: Requisitos para os candelários de iluminação pública em betão armado e betão pré-tensionado EN 40-4:2005/AC:2006	---	---

A data de entrada em vigor está publicada na base de dados Nando:

<http://ec.europa.eu/enterprise/newapproach/nando/index.cfm?fuseaction=cpd.hs>

(Site em Inglês)

Search criteria : Directive : 89/106/EEC Construction products

for search for norms as data de recepção by n° de normas.

Code	Description	Applicable date (1)	Co-existence period end date (2)
EN 1:1995	EN 1:1995 - Fuel oil stoves with vaporizing burners	01/01/2006	01/01/2006
EN 1:1995/A1:2007	EN 1:1995/A1:2007 - EN 1:1995/A1:2007 - Fuel oil stoves with vaporizing burners	01/01/2006	01/01/2006
EN 40-4:2005	EN 40-4:2005 - Lighting columns - Part 4: Requirements for reinforced and prestressed concrete lighting columns	01/01/2006	01/01/2007
EN 40-4:2005/AC:2006	EN 40-4:2005/AC:2006 - EN 40-4:2005/AC:2006 Lighting columns - Part 4: Requirements for reinforced and prestressed concrete lighting columns	01/01/2007	01/01/2007
EN 40-5:2002	EN 40-5:2002 - Lighting columns - Part 5: Requirements for steel lighting columns	01/02/2003	01/02/2005
EN 40-6:2002	EN 40-6:2002 - Lighting columns - Part 6: Requirements for aluminium lighting columns	01/02/2003	01/02/2005
EN 40-7:2002	EN 40-7:2002 - Lighting columns - Part 7: Requirements for fibre reinforced polymer composite lighting columns	01/02/2003	01/02/2004
EN 54-2:1997	EN 54-2:1997 - Fire detection and fire alarm systems - Part 2: Control and indicating equipment	01/01/2006	01/08/2006
EN 54-2:1997/A1:2005	EN 54-2:1997/A1:2005 - EN 54-2:1997/A1:2005 - Fire detection and fire alarm	01/01/2006	01/08/2006

Data de aplicação das especificações

A norma deve ser aplicada depois desta data de co-existência de duas. Nesta data é obrigatório a sua aplicação

As Normas europeias (EN) e as Normas Portuguesa (NP EN) podem ser adquiridas no IPQ – Instituto Português da Qualidade (www.ipq.pt).

5. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

Para cada família de produtos o Sistema de avaliação da conformidade é decidido pela Comissão Europeia, ponderados vários factores ligados designadamente à relevância desses produtos com a satisfação dos requisitos essenciais das obras.

A escolha do sistema é efectuada tendo em conta:

- a Importância do Produto no que se refere aos requisitos essenciais, e especial os relacionados com a saúde e segurança;
- a natureza do Produto;
- a influência da variação das características do produto na sua funcionalidade;
- e da probabilidade de ocorrência de defeitos de fabrico do produto.

Sistemas de Avaliação da conformidade:

Atribuições	Requisitos da certificação	Sistemas de avaliação da conformidade					
		1+	1	2+	2	3	4
Fabricante	Ensaio inicial do produto						
	Controlo de produção da fábrica						
	Ensaio de amostras colhidas na fábrica de acordo com um programa de ensaio previamente estabelecido						
Organismo notificado	Ensaio inicial do produto						
	Inspecção inicial da fábrica e do controlo da produção da fábrica						
	Fiscalização, apreciação e aprovação contínuas do controlo de produção da fábrica						
	Ensaio aleatório de amostras colhidas na fábrica, no mercado, ou no local da obra						

do fabricante
e do organismo notificado
para auditorias e ensaios

o recorrer aos lab. cred. para
fazer os ensaios.

Sistemas de avaliação da Conformidade	Documentos da Marcação CE
1+	Declaração de conformidade pelo fabricante com base num certificado de conformidade do produto
1	
2+	Declaração de conformidade pelo fabricante com base num certificado de conformidade do controlo interno da produção
2	
3	Declaração de conformidade pelo fabricante
4	

se tem ensaio
se auditoria

se não tem ensaio
se não tem auditoria
se não tem
se não tem

Os vários intervenientes na validação dos sistemas de avaliação são:

- **O Fabricante** que é sempre responsável pela implementação de sistema de controlo da produção e pela execução de ensaios de tipo iniciais e/ou de ensaios de amostras segundo um programa de ensaios prescrito;
- **Organismos Notificados** são organismos envolvidos nos procedimentos de avaliação da conformidade, devendo ser qualificados pelo Instituto Português da Qualidade e preferencialmente acreditados pelo organismo nacional de acreditação, no âmbito do Sistema Português da Qualidade. Estes organismos dividem-se em Organismos de Certificação, Organismos de Inspeção e Laboratórios de ensaios.

Os documentos que suportam a evidência do cumprimento das disposições do Sistema de avaliação da conformidade regulamentado para cada família de produtos são:

- **Declaração de Conformidade do Fabricante**

certif
APCGR
1 2+
N+5
28

"A declaração de conformidade CE deve incluir, em particular:

- a) Nome e endereço do fabricante ou seu mandatário estabelecido na União Europeia, na Turquia ou num Estado subscritor do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu;*
- b) Descrição do produto, designadamente o tipo, a identificação e a utilização do mesmo;*
- c) Disposições com as quais o produto está conforme;*
- d) Condições específicas para a utilização do produto;*
- e) Nome, endereço e número de identificação dos organismos notificados, se for caso disso;*
- f) Nome e cargo da pessoa autorizada a assinar a declaração em nome do fabricante ou em nome do seu mandatário estabelecido na União Europeia, na Turquia ou num Estado subscritor do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu."*

- Certificado de Conformidade CE

O certificado de conformidade CE deve incluir, em particular:

- a) Nome, endereço e número de identificação do organismo notificado;*
- b) Nome e endereço do fabricante ou do seu mandatário estabelecido na União Europeia, na Turquia ou num Estado subscritor do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu;*
- c) Descrição do produto, designadamente o tipo, a identificação e a utilização do mesmo;*
- d) Disposições com as quais o produto está conforme;*
- e) Condições específicas para a utilização do produto;*
- f) Número do certificado;*
- g) Condições e prazo de validade do certificado, se for caso disso;*
- h) Nome e cargo da pessoa autorizada a assinar o certificado.*

Para todos os sistemas de avaliação da conformidade é obrigatória a implementação de sistema de controlo interno da produção por parte do fabricante, bem como a emissão de declaração de conformidade CE.

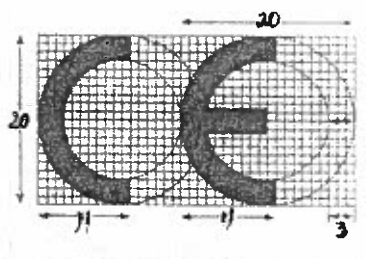
A Declaração de Conformidade CE à excepção do sistema 4 e 3 tem por base um Certificado de Conformidade do produto emitido por um organismo notificado para o sistema 1+ e 1, ou Certificado de Conformidade do Controlo Interno da Produção emitido também por um organismo notificado no caso dos sistemas 2+ e 2.

6. MARCAÇÃO CE

A aposição da marcação CE nos produtos é a evidência dada pelo fabricante de que esses produtos estão conformes, com as disposições das directivas comunitárias.

Identifica que o produto foi sujeito ao procedimento próprio da avaliação da conformidade e permite a livre circulação no Espaço Económico Europeu;

“Passaporte para a livre circulação dos produtos no Mercado Europeu”



“A marcação CE é constituída pelas iniciais “CE”, devendo as proporções manter-se no caso de redução ou ampliação e os elementos da marcação CE ter sensivelmente a mesma dimensão vertical, que não pode ser inferior a 5 mm.

A marcação CE deve ser acompanhada da seguinte informação:

- Número de identificação do organismo notificado, quando aplicável;
- Nome ou marca distintiva do fabricante ou do seu mandatário estabelecido na União Europeia, na Turquia ou num Estado subscritor do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu e local de produção;
- Dois últimos algarismos do ano em que a marcação foi aposta;
- Número do certificado de conformidade CE, quando aplicável;
- Indicações que permitam identificar as características do produto em função das especificações técnicas;
- Descrição do produto e utilizações previstas

CIMENTO PORTLAND DE CALCÁRIO		
CEM II/B-L	<i>ob/</i>	32,5 N
50 kg	CE <small>0856</small> <small>COMPOR INDUSTRIES DE CIMENTOS, S.A.</small> <small>Rua Alexandre Gusmão, 20 - 1209-100 LISBOA</small> <small>ANEXO</small> <small>NOT 1256-0001</small> <small>IMP EM 100-2</small> <small>CEM II/B-L 32,5 N</small>	ALHANDRA

ano do início da certificação

nr de organismo

A responsabilidade da aposição da marcação CE é do fabricante ou do representante no Espaço Económico Europeu;

"É obrigação do fabricante ou do seu mandatário estabelecido na União Europeia, na Turquia ou num Estado subscritor do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu apor a marcação CE no próprio produto, num rótulo, nele fixado, na respectiva embalagem ou nos documentos comerciais de acompanhamento antes da colocação no mercado"

Um importador, retalhista ou revendedor pode colocar o produto no mercado sem ser o representante legal do fabricante. Contudo é sempre responsável pelo cumprimento das directivas.

A marcação CE deve ser aposta de forma visível, legível e indelével, no próprio produto, numa etiqueta a ele afixada, nas respectiva embalagem ou em documentação comercial de acompanhamento.

Em paralelo com a marcação CE podem ser apostas marcas nacionais ou outras, desde que não reduzam a sua visibilidade ou a legibilidade

A fiscalização da aplicação correcta da directiva dos produtos da construção é da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), que pode colher amostras dos produtos para verificação da conformidade com as especificações técnicas aplicáveis, junto do produtor, importador, comerciante e na obra.

7.SISTEMA DE CONTROLO DA PRODUÇÃO

Controlo interno de produção significa *"um controlo interno permanente da produção efectuada pelo fabricante. Todos os elementos, requisitos e disposições adoptados pelo fabricante serão sistematicamente documentados sob a forma de normas e procedimentos escritos. A documentação do sistema de controlo da produção deve assegurar uma compreensão comum das garantias de qualidade e*

permitir verificar a obtenção das características exigidas do produto e a funcionalidade efectiva do sistema de controlo da produção”.

Para cada produto os requisitos que deverá obedecer o controlo interno da produção estão estabelecidos na Norma Europeia Harmonizada. A complexidade deste sistema de controlo está ligada directamente ao Sistema de Avaliação da Conformidade adoptado.

No entanto de acordo com as indicações do dec.Lei 4/2007 será sempre necessário a implementação de procedimentos para as seguintes actividades:

- Monitorização e medição das matérias primas e produtos finais;
- Controlo dos dispositivos de medição;
- Controlo do produto não conforme;
- Acções Correctivas.

Mesmo que o sistema de avaliação da conformidade regulamentado para o produto seja o sistema 4 o produtor tem a obrigatoriedade de implementação de Sistema Interno de controlo da produção

Apresenta-se exemplo de requisitos para sistemas internos de controlo da produção referidos e Normas Harmonizadas do Produto.

NP EN 1469:2006 – Produtos em pedra natural - Placas para revestimento de paredes – Requisitos.

6.1 Controlo da produção em fábrica

6.3.1 Deve ser estabelecido e documentado um sistema de controlo da produção em fábrica. O sistema de controlo da produção em fábrica (CPF) deve consistir em procedimentos de controlo interno da produção, devendo os resultados dos ensaios efectuados durante o CPF demonstrar que os produtos colocados no mercado são conformes com esta Norma e com os valores declarados pelo produtor, em conformidade com o disposto nas secções 4.1 e 4.2.

Nos casos em que o processamento da pedra seja susceptível de alterar as características do produto final relativamente ao material inicial (por exemplo, em consequência do tipo de processamento ou porque são utilizados produtos de reconstituição superficial, de preenchimento ou

outros para colmatação de orifícios, falhas ou fracturas naturais e similares), essas circunstâncias têm de ser consideradas, no âmbito do CPF, como abrangidas por esta Norma.

6.3.2 O controlo interno deve consistir em verificações de inspecção e ensaios regulares e na utilização dos respectivos resultados para controlo das matérias-primas, do equipamento, do processo de produção e do produto final.

6.3.3 Os ensaios e as verificações de inspecção devem ser realizados em conformidade com o disposto no Quadro 4. Os resultados dos ensaios realizados durante o CPF devem demonstrar a conformidade com os requisitos declarados, de acordo com o disposto nas secções 4.1 e 4.2.

NP EN 12620: 2004 – Agregados para Betão

Anexo H (normativo)

Controlo da produção em fábrica

H.1 Introdução

Este anexo especifica um sistema de controlo da produção em fábrica para agregados de modo a assegurar a sua conformidade com os requisitos relevantes desta Norma.

A eficácia do sistema de controlo da produção em fábrica deve ser avaliada de acordo com os princípios enunciados neste Anexo.

H.2 Organização

H.2.1 Responsabilidade e autoridade

A responsabilidade, a autoridade e as relações mútuas de todo o pessoal que gere, executa e verifica as tarefas que afectam a qualidade, devem ser definidas incluindo o pessoal que necessita de liberdade organizacional e autoridade para:

- a) tomar medidas para prevenir a ocorrência de produtos não conformes;
- b) identificar, registar e tratar qualquer desvio na qualidade dos produtos.

H.2.2 Representante da gestão para o controlo de produção em fábrica

O produtor deve nomear, para cada unidade de produção de agregados, uma pessoa com autoridade apropriada para assegurar que os requisitos mencionados neste anexo são implementados e mantidos.

H.2.3 Revisão pela gestão

O sistema de controlo da produção em fábrica, adoptado para satisfazer os requisitos deste anexo, deve ser auditado e revisto pela gestão, com a frequência apropriada, de modo a assegurar continuamente a sua adequação e eficácia. Os registos destas revisões devem ser mantidos.

H.3 Procedimentos de controlo

O produtor deve estabelecer e manter actualizado um manual de controlo da produção em fábrica definindo os procedimentos que asseguram a satisfação dos requisitos de controlo da produção em fábrica.

H.3.1 Controlo de documentos e dados

O controlo de documentos e dados deve incluir os documentos e os dados que são relevantes para o cumprimento dos requisitos da presente Norma, abrangendo a compra, o processamento, a inspecção de materiais e os documentos relativos ao sistema de controlo da produção em fábrica. O manual de controlo da produção deve incluir um procedimento relativo à gestão de documentos e de dados, o qual deve abranger os procedimentos e a responsabilidade para aprovação, edição, distribuição e gestão de documentação e de dados internos e externos; deve também abranger a preparação, a edição e o registo de alterações a essa documentação.

H.3.2 Serviços subcontratados

Se existirem serviços subcontratados pelo produtor, devem ser estabelecidas as disposições necessárias para garantir o seu controlo. O produtor deve deter total responsabilidade relativamente a todo e qualquer serviço subcontratado.

H.3.3 Identificação da matéria prima

Deve existir documentação detalhada sobre a natureza da matéria-prima, a sua origem e, quando necessário, um ou mais mapas com a localização e o plano de extracção.

É da responsabilidade do produtor garantir que, caso sejam identificadas quaisquer substâncias perigosas, o seu teor não ultrapasse os limites definidos pelas disposições válidas no local de utilização do agregado.

H.4 Gestão da produção

O sistema de controlo da produção em fábrica de agregados deve satisfazer os seguintes requisitos:

a) existência de procedimentos para identificar e controlar os materiais.

NOTA - Estes podem incluir procedimentos para manter e regular o equipamento de produção, inspecção ou de ensaio de materiais amostrados durante a produção, para modificar o processo de produção em caso de mau tempo, etc.

b) existência de procedimentos para identificar e controlar quaisquer materiais perigosos identificados em H.3.3, de modo a assegurar que não são excedidos os limites definidos pelas disposições aplicáveis no local de utilização dos agregados.

c) existência de procedimentos para assegurar que o material é armazenado de um modo controlado e que os locais de armazenamento e os seus conteúdos estão identificados.

d) existência de procedimentos para assegurar que o material retirado dos locais de armazenamento não se encontra deteriorado de tal modo que a sua conformidade seja comprometida.

e) manutenção da identificação do produto relativamente à sua origem e tipo até ao ponto de venda.

H.5 Inspecção e ensaio

H.5.1 Generalidades

O produtor deve disponibilizar todas as instalações, equipamentos e pessoal devidamente habilitado necessários à realização das inspecções e ensaios requeridos.

H.5.2 Equipamento

O produtor deve ser responsável pelo controlo, calibração e manutenção do equipamento de inspecção, medição e ensaio.

A exactidão e a frequência de calibração devem encontrar-se de acordo com a EN 932-5*. O equipamento deve ser utilizado de acordo com os procedimentos documentados. O equipamento deve ser identificado de modo único. Devem ser mantidos os registos das calibrações.

H.5.3 Frequência e localização das inspecções, amostragens e ensaios

O documento relativo ao controlo da produção deve descrever a frequência e a natureza das inspecções. A frequência de amostragem e os ensaios, quando requeridos, devem ser realizados para as propriedades relevantes, como especificado nos Quadros H.1, H.2 e H.3.

H.6 Registos

Os resultados do controlo de produção em fábrica devem ser registados, incluindo a localização, a data e a hora da amostragem, bem como outro tipo de informação relevante como, por exemplo, as condições meteorológicas.

H.7 Controlo do produto não conforme

Na sequência de uma inspecção ou de um ensaio que indique que o produto não está conforme, o material em questão deve ser:

a) reprocessado; ou

b) desviado para outro tipo de utilização para o qual se revele adequado; ou

c) rejeitado e identificado como não conforme.

Todas as situações de não conformidade devem ser registadas pelo produtor, investigadas e, se necessário, empreendidas acções correctivas.

H.8 Manuseamento, armazenagem e acondicionamento nas áreas de produção

O produtor deve providenciar para que a qualidade do produto seja mantida durante o seu manuseamento e armazenamento.

NOTA - Convém que estas providências tenham em conta o seguinte:

a) contaminação do produto;

b) segregação;

c) limpeza do equipamento de manuseamento e das áreas de armazenamento.

H.9 Transporte e embalagem

H.9.1 Transporte

O sistema de controlo da produção em fábrica do produtor deve identificar a extensão da sua responsabilidade relativamente ao armazenamento e entrega.

H.9.2 Embalagem

Se os agregados forem embalados, os métodos e os materiais usados não devem contaminá-los ou deteriorá-los a ponto das suas propriedades serem alteradas antes destes serem desembrados. Qualquer precaução que, com esta finalidade, seja necessário tomar durante o manuseamento e armazenamento do agregado embalado deve ser inscrita na embalagem ou nos documentos que a acompanham.

H.10 Formação do pessoal

O produtor deve estabelecer e manter os procedimentos necessários à formação de todo o pessoal envolvido no sistema de controlo da produção em fábrica. Devem ser mantidos os registos apropriados dessa formação.

Para a implementação de sistema de controlo interno da produção pode ser usados como linhas orientadoras as normas da Série ISO 9000 relativas a Sistemas de Gestão da Qualidade, no entanto salienta-se que esta série de normas está direccionada, para Sistema de Gestão da Qualidade a aplicar globalmente na organização e a marcação CE direcciona-se para o produto.

Considera-se no entanto que organizações certificadas NP EN ISO 9001 facialemente adaptam o sistema, para o cumprimento das disposições relativas ao Controlo da Produção de implementação obrigatória decorrente da aplicação da Directiva dos Produtos da Construção.

Bibliografia

Directiva nº 89/106/CEE do Conselho, de 21 de Dezembro de 1988 – Jornal Oficial das Comunidades Europeias, 11/02/1989

Decreto-Lei 4/2007, de 8 de Janeiro – Diário da república – 1ªSérie- Nº 5, 8/01/07

FREITAS, Anete - Marcação "CE" e Organismos Notificados no âmbito da Directiva 89/106/CE –Representante do ministério da Economia no Comité Permanente da Construção, EP/2002

BRANCO, Fernando Castelo - Normalização Europeia Marcação CE novos desafios -LNEC, 31/03/03

PAIVA, J. Vasconcelos – Directiva dos Produtos de Construção. Presente e Futuro – CO 94, LNEC, 2002

NP EN 1469:2006 – Produtos em pedra natural - Placas para revestimento de paredes – Requisitos.

NP EN 12620: 2004 – Agregados para Betão

<http://www.lnec.pt>

<http://www.newapproach.org>

<http://ec.europa.eu>

2 — São deveres dos membros da CAGER:

- a) Participar nas reuniões e na votação;
- b) Cumprir o presente regulamento e manter a confidencialidade dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da CAGER;
- c) Contribuir, mediante a elaboração de documentos considerados necessários, para o cumprimento das competências da CAGER.

Artigo 6.º

Acta da reunião

De cada reunião é lavrada uma acta, a qual é lida e posta a aprovação no final da respectiva sessão e assinada por todos os membros e pelo secretário, assinando este em último lugar.

Artigo 7.º

Transmissão de informação

A comunicação entre os membros da CAGER, bem como a prestação de toda a documentação inerente às actividades desenvolvidas no seu âmbito, é realizada por via electrónica, num espaço de trabalho de acesso restrito aos seus membros integrado no portal da ANR.

Artigo 8.º

Grupos de trabalho e comissões de acompanhamento

1 — No âmbito das suas competências, a CAGER pode deliberar a constituição de grupos de trabalho e comissões de acompanhamento de gestão em função dos tipos de resíduos e das operações de gestão de resíduos.

2 — A composição, condições de funcionamento e orientações de trabalho de cada grupo de trabalho ou comissões de acompanhamento de gestão são definidas na respectiva deliberação de constituição pela CAGER.

Artigo 9.º

Regime supletivo

Em tudo o que não estiver especialmente previsto neste regulamento aplicam-se as regras constantes do Código do Procedimento Administrativo, podendo ser adoptadas regras diferentes por deliberação de maioria de dois terços dos membros da CAGER.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Decreto-Lei n.º 4/2007

de 8 de Janeiro

O Decreto-Lei n.º 113/93, de 10 de Abril, transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 89/106/CEE, do Conselho, de 21 de Dezembro de 1988, relativa aos produtos da construção, tendo em vista a aproximação, sobre esta matéria, das disposições legislativas dos Estados membros.

Considerando que os empreendimentos de construção, incluindo os edifícios e outras obras de construção

e de engenharia civil, devem ser concebidos e realizados por forma a satisfazerem um conjunto de condições reputadas de interesse público, o Decreto-Lei n.º 113/93, de 10 de Abril, veio definir os procedimentos a adoptar com vista a garantir que os produtos da construção se revelem adequados ao fim a que se destinam, de modo que os empreendimentos em que venham a ser aplicados satisfaçam as exigências essenciais.

As exigências essenciais dizem respeito, para além da segurança, da durabilidade e de certos aspectos económicos das construções, à salvaguarda de valores como a saúde e segurança de pessoas e bens, o património ambiental e a qualidade de vida.

O Decreto-Lei n.º 113/93, de 10 de Abril, foi, entretanto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 139/95, de 14 de Junho, que transpôs para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 93/68/CE, do Conselho, de 22 de Julho, cujo objectivo é a harmonização das disposições relativas à aposição e utilização da marcação CE.

Com efeito, por força daquele decreto-lei, foram introduzidas significativas modificações de regime, designadamente a substituição da expressão «marca CE» pela expressão «marcação CE» inerente a um novo regime comum de aposição da mesma.

Finalmente, o Decreto-Lei n.º 113/93, de 10 de Abril, foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 374/98, de 24 de Novembro, que procedeu a alguns acertos e melhorias de redacção.

Volvidos oito anos sobre a última alteração ao Decreto-Lei n.º 113/93, de 10 de Abril, e tendo presente a experiência da sua aplicação, verifica-se a necessidade de proceder a novos ajustamentos com vista à actualização do mesmo às terminologias actuais e às competências dos organismos envolvidos.

Por outro lado, urge clarificar no texto do diploma a já existente obrigatoriedade de aposição da marcação CE nos produtos de construção, bem como a sanção aplicável ao seu incumprimento.

No âmbito das alterações propostas são transferidas para a Direcção-Geral da Empresa, enquanto entidade nacional responsável pela concepção, execução, divulgação e avaliação das políticas de empresa, as competências que até então eram do Instituto Português da Qualidade, I. P., mantendo, no entanto, este Instituto a responsabilidade respeitante à qualificação e notificação dos organismos com intervenções previstas no presente decreto-lei.

Aproveitou-se, ainda, no intuito de simplificar a consulta do diploma, para integrar, sob a forma de anexos, o conteúdo da Portaria n.º 566/93, de 2 de Junho, que regulamenta as exigências essenciais das obras susceptíveis de condicionar as características técnicas de produtos neles utilizados e, bem assim, as inscrições relativas à marcação CE e respectivos sistemas de avaliação da conformidade, a qual fica, em consequência, revogada com a entrada em vigor do presente decreto-lei.

Tendo em conta o número significativo de alterações agora propostas ao Decreto-Lei n.º 113/93, de 10 de Abril, optou-se por proceder à sua republicação integral, em anexo.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 113/93, de 10 de Abril

Os artigos 1.º a 13.º do Decreto-Lei n.º 113/93, de 10 de Abril, com a redacção dada pelos Decretos-Leis

n.ºs 139/95, de 14 de Junho, e 374/98, de 24 de Novembro, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 1.º

[...]

1 — O presente decreto-lei visa definir os procedimentos a adoptar com vista a garantir que os produtos de construção se revelem adequados ao fim a que se destinam, de modo que os empreendimentos em que venham a ser aplicados satisfaçam as exigências essenciais.

2 — Para efeitos do presente decreto-lei, entende-se por:

a) 'Produtos de construção' os produtos destinados a ser incorporados ou aplicados, de forma permanente, nos empreendimentos de construção, adiante designados por produtos;

b)

c) 'Colocação do produto no mercado' a primeira vez que um produto é colocado à disposição, no mercado comunitário, a título gratuito ou oneroso, com vista à sua distribuição ou utilização na Comunidade.

Artigo 2.º

Exigências essenciais

As exigências essenciais das obras, em matéria de resistência mecânica e estabilidade, segurança contra incêndio, higiene, saúde e ambiente, segurança na utilização, protecção contra o ruído e economia de energia e isolamento térmico, susceptíveis de condicionar as características dos produtos nelas utilizados constam do anexo I do presente decreto-lei e que dele faz parte integrante.

Artigo 3.º

Colocação dos produtos no mercado

1 — Para colocação no mercado, os produtos a que se refere o artigo 1.º devem revelar aptidão para o uso a que se destinam, apresentando características tais que as obras em que venham a ser incorporados, quando convenientemente projectadas e construídas, possam satisfazer as exigências essenciais referidas no artigo anterior.

2 — Presumem-se aptos ao uso a que se destinam os produtos nos quais esteja aposta a marcação CE, indicativa de que os mesmos obedecem ao conjunto de disposições do presente decreto-lei, incluindo os procedimentos de avaliação da conformidade previstos nos artigos 6.º e 7.º

3 — Sem prejuízo da obrigatoriedade prevista no artigo seguinte, podem ser colocados no mercado sem ter aposta a marcação CE:

a) Os produtos que constem da lista de produtos menos importantes no que concerne aos aspectos de saúde e de segurança, elaborada pela Comissão Europeia, desde que acompanhados de uma declaração de conformidade com as boas práticas técnicas;

b) Os produtos que satisfaçam disposições nacionais relativas à certificação obrigatória até que as especificações técnicas europeias referidas no artigo 5.º obriguem à aposição da marcação CE.

Artigo 4.º

Obrigatoriedade da marcação CE

→ 1 — É obrigação do fabricante ou do seu mandatário estabelecido na União Europeia, na Turquia ou num Estado subscritor do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu apor a marcação CE no próprio produto, num rótulo, nele fixado, na respectiva embalagem ou nos documentos comerciais de acompanhamento antes da colocação no mercado, nos termos dos números seguintes.

→ 2 — A marcação CE, constituída pelas iniciais «CE», de acordo com o grafismo constante do anexo II do presente decreto-lei e que dele faz parte integrante, deve ser aposta de forma visível, facilmente legível e indelével e acompanhada da informação indicada no referido anexo.

3 — A aposição da marcação CE significa que os produtos de construção foram objecto de uma declaração de conformidade CE emitida pelo fabricante e, quando aplicável, de um certificado de conformidade CE emitido por um organismo notificado e que estão de acordo com as especificações técnicas referidas no artigo 5.º

4 — No caso de os produtos de construção estarem abrangidos por outros diplomas que prevejam também a aposição da marcação CE, com a sua aposição presume-se que os produtos estão conformes com as disposições constantes desses diplomas.

5 — É proibida a afixação nos produtos ou nas embalagens de marcas que pelas suas características sejam susceptíveis de induzir em erro quanto ao significado e ao grafismo da marcação CE.

6 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, pode ser aposta qualquer outra marca nos produtos, num rótulo, nas embalagens ou nos documentos comerciais de acompanhamento desde que não reduza ou exclua a visibilidade ou a legibilidade da marcação CE.

Artigo 5.º

[...]

Para efeitos do presente decreto-lei, consideram-se especificações técnicas:

a) A norma nacional que transponha uma norma harmonizada, isto é, que transponha uma especificação técnica elaborada pelo Comité Europeu de Normalização (CEN) ou pelo Comité Europeu de Normalização Electrotécnica (CENELEC), mediante mandatos conferidos pela Comissão Europeia;

b) A aprovação técnica europeia (ETA), emitida nos termos do artigo 6.º;

c) A especificação técnica nacional, caso não exista norma harmonizada aplicável, que a Comissão Europeia indicou beneficiar da presunção de conformidade com as exigências essenciais, notificando-a aos Estados membros, e cuja referência é publicada no *Jornal Oficial da União Europeia*.

Artigo 6.º

[...]

1 — A aprovação técnica europeia é o reconhecimento técnico da aptidão de um produto para o uso a que o mesmo se destina.

2 —

a) A produtos para os quais não exista norma harmonizada nem um mandato para a sua elaboração e para os quais a Comissão Europeia considere não poder ser elaborada uma norma harmonizada;

b) A produtos que se afastem de forma significativa das normas harmonizadas ou das especificações técnicas nacionais referidas, respectivamente, nas alíneas a) e c) do artigo 5.º;

c) A produtos para os quais existam guias de aprovação técnica europeia elaborados pela Organização Europeia de Aprovação Técnica (EOTA — European Organization for Technical Approvals), mesmo nos casos em que a Comissão Europeia tenha conferido mandato para a elaboração de uma norma harmonizada ou estabelecido a possibilidade da sua elaboração, cessando os seus efeitos com a entrada em vigor da norma harmonizada sobre a matéria;

d) A produtos em relação aos quais, embora tendo conferido mandato para a elaboração de uma norma harmonizada ou estabelecido a sua elaboração como possível, a Comissão Europeia, excepcionalmente e durante um período determinado, autorize a concessão.

3 — A aprovação técnica europeia de um produto é concedida, em geral, por um prazo de cinco anos, prorrogável, e baseia-se em análises, ensaios e demais condições indicados nos documentos interpretativos referidos no artigo 12.º da Directiva n.º 89/106/CEE, do Conselho, de 21 de Dezembro de 1988, bem como:

a) Nos guias elaborados pela EOTA e relativos ao produto em causa ou à família de produtos a que pertence;

b) Na falta dos guias referidos na alínea anterior, por referência às exigências essenciais e aos documentos interpretativos pertinentes.

4 — A aprovação técnica europeia é emitida a pedido do fabricante ou do seu mandatário estabelecido na União Europeia, na Turquia ou num Estado subscritor do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu por organismos designados, para o efeito, pelos Estados membros.

Artigo 7.º

[...]

1 — As declarações de conformidade CE e os certificados de conformidade CE, referidos no artigo 4.º, pressupõem a observância do sistema de avaliação da conformidade estabelecido nas especificações técnicas aplicáveis.

2 — O sistema de avaliação da conformidade referido no n.º 1 é definido com base no disposto no anexo III do presente decreto-lei e que dele faz parte integrante.

3 — No caso de produtos destinados a serem colocados no mercado nacional, as declarações e os certificados de conformidade CE, com os elementos referidos no anexo III do presente decreto-lei, são redigidos em língua portuguesa.

Artigo 8.º

Organismos notificados

1 — Os organismos de certificação, os organismos de inspecção e os laboratórios de ensaio envolvidos

nos sistemas de avaliação da conformidade devem estar qualificados para o efeito com observância dos critérios mínimos previstos no anexo IV do presente decreto-lei e que dele faz parte integrante.

2 — A lista dos organismos qualificados é fornecida à Comissão Europeia, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 13.º

Artigo 9.º

Reconhecimento mútuo

1 — As declarações e os certificados de conformidade CE, bem como os ensaios e inspecções efectuados em qualquer Estado membro da União Europeia, na Turquia ou num Estado subscritor do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu, de harmonia com a Directiva n.º 89/106/CEE, do Conselho, de 21 de Dezembro de 1988, e outra regulamentação comunitária aplicável, têm o mesmo valor que os documentos e procedimentos nacionais correspondentes.

2 — Mediante pedido do fabricante ou do seu mandatário estabelecido na União Europeia, na Turquia ou num Estado subscritor do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu, em casos concretos e na ausência de especificações técnicas de um dos tipos referidos no artigo 5.º, serão considerados em harmonia com as disposições nacionais conformes com o Tratado que institui a CEE os produtos que tenham obtido resultados satisfatórios em ensaios e inspecções efectuados por uma entidade aprovada no Estado membro onde tiverem sido fabricados, segundo os métodos em vigor em Portugal ou reconhecidos como equivalentes, pelo Instituto Português da Qualidade, I. P. (IPQ), no âmbito do Sistema Português da Qualidade (SPQ).

3 — Quando se verificar que a entidade aprovada referida no número anterior não efectua os ensaios ou as inspecções nas condições devidas, a Direcção-Geral da Empresa (DGE), ouvido o IPQ, informará desse facto o Estado membro respectivo para que este desenvolva as diligências adequadas e das mesmas lhe dê conhecimento.

4 — Quando as diligências referidas se mostrem insuficientes, a DGE informará desse facto o Estado membro respectivo, podendo accionar a cláusula de salvaguarda nos termos do artigo seguinte.

Artigo 10.º

[...]

1 — Sempre que se verifique que os produtos de construção, ainda que tenham aposta a marcação CE, não se encontram aptos ao uso a que se destinam, será proibida ou limitada a sua colocação no mercado, condicionada ou assegurada a sua retirada do mesmo, mediante despacho do ministro que tutela a área da economia, com base em proposta da DGE.

2 — As entidades fiscalizadoras do presente decreto-lei darão conhecimento imediato à DGE de todas as situações que justifiquem a adopção das medidas previstas no número anterior.

Artigo 11.º

[...]

1 — A fiscalização do cumprimento do disposto no presente decreto-lei cabe à Autoridade de Segurança

Alimentar e Económica (ASAE), sem prejuízo das competências atribuídas por lei a outras entidades.

2 — Os técnicos da entidade a que se refere o número anterior podem colher amostras dos produtos abrangidos pelo presente decreto-lei para verificação da conformidade com as especificações técnicas aplicáveis, designadamente junto do produtor, importador, comerciante e na obra, devendo ser-lhes prestado todo o apoio necessário ao exercício das suas funções.

3 — Os encargos decorrentes da realização dos ensaios serão suportados pelas entidades fiscalizadoras, excepto se os produtos não estiverem em conformidade com as especificações técnicas aplicáveis nos termos do presente decreto-lei, caso em que serão suportados pelo agente económico em causa.

4 —

5 — A instrução dos processos de contra-ordenação compete à ASAE, a quem devem ser enviados os autos relativos a infracções verificadas por outras entidades.

Artigo 12.º

[...]

1 — O incumprimento do disposto nos artigos 3.º e 4.º constitui contra-ordenação punível com coima de € 2000 a € 44 750, sem prejuízo da responsabilidade civil ou penal do mesmo decorrente, podendo ser ainda determinada, como sanção acessória, a apreensão dos produtos em causa, sempre que a sua utilização em condições normais represente perigo que o justifique.

2 — Se o infractor for uma pessoa singular o montante máximo da coima prevista no número anterior é reduzido para € 3700.

3 — A tentativa e a negligência são puníveis, sendo os limites referidos nos números anteriores reduzidos para metade.

4 — Sem prejuízo do disposto no artigo 10.º, a infracção ao disposto no artigo 4.º, quando respeite à oposição indevida da marcação CE, implica a obrigação, por parte do fabricante ou mandatário, de repor o produto em conformidade com as disposições relativas à marcação CE e de fazer cessar a infracção, sob pena de ser proibida ou limitada, nos termos do artigo 10.º, a colocação do produto no mercado, no caso de a não conformidade persistir.

5 — A aplicação das sanções previstas nos n.ºs 1 e 2 compete à Comissão de Aplicação de Coimas em Matéria Económica e Publicidade (CACMEP).

6 — As receitas resultantes da aplicação das sanções acima previstas reverte:

- a) Em 60 % para o Estado;
- b) Em 10 % para a entidade autuante;
- c) Em 10 % para a DGE;
- d) Em 10 % para o IPQ;
- e) Em 10 % para a ASAE.

Artigo 13.º

[...]

1 — A DGE, o IPQ e o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, adiante designado por LNEC, acompanharão a aplicação do presente decreto-lei, propondo as medidas necessárias à prossecução dos seus objectivos e as que se destinem a assegurar a

ligação com a Comissão Europeia e os Estados membros.

2 — Compete à DGE, designadamente:

a) Informar a Comissão Europeia e os Estados membros de quaisquer medidas tomadas contra quem tiver apostado indevidamente a marcação CE em produtos abrangidos pelo presente decreto-lei;

b) Informar imediatamente a Comissão Europeia das medidas tomadas ao abrigo do artigo 10.º, indicando os seus fundamentos e em especial se a situação resultou de não observância dos requisitos aplicáveis aos produtos, de uma incorrecta aplicação das especificações técnicas aplicáveis ou de deficiência das mesmas;

c) Publicitar a lista de produtos mencionada na alínea a) do n.º 3 do artigo 3.º e das referências dos documentos indicados nas alíneas a) e c) do artigo 5.º;

d) Notificar o Comité Permanente de Construção (CPC) da inadequação das especificações técnicas referidas nas alíneas a) e b) do artigo 5.º relativamente ao disposto nos artigos 2.º e 3.º do presente decreto-lei.

3 — Compete ao IPQ assegurar o cumprimento dos procedimentos da directiva no que diz respeito à notificação e qualificação, mantendo a Comissão Europeia, os Estados membros e a DGE permanentemente informados dos organismos notificados para as intervenções previstas no presente decreto-lei.

4 — Compete ao LNEC:

a) Emitir aprovações técnicas europeias e promover a publicação das versões portuguesas dos guias de aprovação técnica europeia referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 6.º;

b) Dar conhecimento dessas aprovações técnicas às demais entidades que constituem a EOTA e enviar-lhes, para informação, quando lho solicitarem, cópia de todos os documentos relativos a qualquer dessas mesmas aprovações.»

Artigo 2.º

Anexos

Os anexos I a IV do presente decreto-lei são aditados ao Decreto-Lei n.º 113/93, de 10 de Abril, que dele passam a fazer parte integrante.

Artigo 3.º

Republicação

É republicado no anexo v, que faz parte integrante do presente decreto-lei, o Decreto-Lei n.º 113/93, de 10 de Abril, com a redacção actual.

Artigo 4.º

Norma revogatória

Com a entrada em vigor do presente decreto-lei fica revogada a Portaria n.º 566/93, de 2 de Junho.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 21 de Setembro de 2006. — José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa — Manuel Lobo Antunes — Fernando Teixeira dos Santos — José Manuel Vieira Conde Rodri-

gues — Manuel António Gomes de Almeida de Pinho — Mário Lino Soares Correia.

Promulgado em 8 de Novembro de 2006.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 14 de Novembro de 2006.

O Primeiro-Ministro, José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.

ANEXO I

Exigências essenciais das obras

1 — As exigências essenciais das obras devem, em condições normais de manutenção, ser satisfeitas durante um período de vida útil economicamente razoável e referem-se geralmente a factores previsíveis.

2 — As exigências essenciais das obras são as seguintes:

2.1 — Resistência mecânica e estabilidade. — As obras devem ser concebidas e construídas de modo que as acções a que possam estar sujeitas durante a construção e a utilização não causem desabamento total ou parcial da obra, deformações de grau inadmissível, danos em outras partes da obra ou das instalações ou do equipamento instalado em consequência de deformações importantes dos elementos resistentes e danos desproporcionados relativamente ao facto que esteve na sua origem.

2.2 — Segurança contra incêndio. — As obras devem ser concebidas e realizadas de modo que, no caso de se declarar um incêndio, a estabilidade dos elementos resistentes possa ser garantida durante um período de tempo determinado, a deflagração e a propagação do fogo e do fumo dentro da obra sejam limitadas, a propagação do fogo às construções vizinhas seja limitada, os ocupantes possam abandonar ilesos a obra ou ser salvos por outros meios e a segurança das equipas de socorro tenha sido tida em consideração.

2.3 — Higiene, saúde e ambiente. — As obras devem ser concebidas e realizadas de modo a não causarem danos à higiene e à saúde dos ocupantes ou vizinhos em consequência, nomeadamente, da libertação de gases tóxicos, da presença no ar de partículas ou gases perigosos, da emissão de radiações perigosas, da poluição ou contaminação da água ou do solo, da evacuação defeituosa das águas residuais, do fumo e dos desperdícios, sólidos ou líquidos, e da presença de humidade em partes das obras ou nos parâmetros interiores das mesmas.

2.4 — Segurança na utilização. — As obras devem ser concebidas e realizadas de modo a não apresentarem riscos inaceitáveis de acidente durante a sua utilização e o seu funcionamento, designadamente riscos de escorregamento, queda, choque, queimadura, electrocussão e ferimentos em consequência de explosão.

2.5 — Protecção contra o ruído. — As obras devem ser concebidas e realizadas de modo que o ruído a que os ocupantes e as pessoas próximas se encontrem expostos se mantenha num nível que não prejudique a sua saúde e lhes permita dormir, descansar e trabalhar em condições satisfatórias.

2.6 — Economia de energia e isolamento térmico. — As obras e as respectivas instalações de aquecimento, arrefecimento e ventilação devem ser concebidas e construídas de modo que a quantidade de energia necessária para a sua utilização seja reduzida, tendo

em conta as condições climáticas do local de implantação e o conforto térmico dos ocupantes.

ANEXO II

Marcação CE

1 — A marcação CE é constituída pelas iniciais «CE», com a apresentação gráfica abaixo reproduzida, devendo as proporções manter-se no caso de redução ou ampliação e os elementos da marcação CE ter sensivelmente a mesma dimensão vertical, que não pode ser inferior a 5 mm.



2 — A marcação CE deve ser acompanhada da seguinte informação:

- a) Número de identificação do organismo notificado, quando aplicável;
- b) Nome ou marca distintiva do fabricante ou do seu mandatário estabelecido na União Europeia, na Turquia ou num Estado subscritor do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu e local de produção;
- c) Dois últimos algarismos do ano em que a marcação foi aposta;
- d) Número do certificado de conformidade CE, quando aplicável;
- e) Indicações que permitam identificar as características do produto em função das especificações técnicas;
- f) Descrição do produto e utilizações previstas.

ANEXO III

Sistemas de avaliação da conformidade

(a utilizar nos termos das especificações técnicas aplicáveis)

1 — Declaração de conformidade CE:

1.1 — A declaração de conformidade CE consiste numa declaração efectuada pelo fabricante com base em:

1.1.1 — Primeira possibilidade:

a) Atribuições do fabricante:

- i) Ensaio de tipo inicial;
- ii) Controlo da produção em fábrica;
- iii) Eventualmente, ensaio de amostras colhidas na fábrica de acordo com um programa de ensaio previamente estabelecido;

b) Atribuições do organismo notificado:

i) Certificação do controlo da produção em fábrica, com base:

- a) Na inspecção inicial da fábrica e do controlo da produção em fábrica;
- b) Eventualmente, no acompanhamento, na apreciação e na aprovação permanentes do controlo da produção em fábrica;

1.1.2 — Segunda possibilidade:

a) Ensaio de tipo inicial efectuado por um laboratório notificado;

b) Controlo da produção em fábrica efectuado pelo fabricante;

1.1.3 — Terceira possibilidade:

- a) Ensaio de tipo inicial efectuado pelo fabricante;
- b) Controlo da produção em fábrica efectuado pelo fabricante.

1.2 — A declaração de conformidade CE deve incluir, em particular:

a) Nome e endereço do fabricante ou seu mandatário estabelecido na União Europeia, na Turquia ou num Estado subscritor do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu;

b) Descrição do produto, designadamente o tipo, a identificação e a utilização do mesmo;

c) Disposições com as quais o produto está conforme;

d) Condições específicas para a utilização do produto;

e) Nome, endereço e número de identificação dos organismos notificados, se for caso disso;

f) Nome e cargo da pessoa autorizada a assinar a declaração em nome do fabricante ou em nome do seu mandatário estabelecido na União Europeia, na Turquia ou num Estado subscritor do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu.

2 — Certificado de conformidade CE:

2.1 — O certificado de conformidade CE pressupõe a certificação da conformidade do produto por um organismo de certificação notificado com base em:

a) Atribuições do fabricante:

- i) Controlo da produção em fábrica;
- ii) Ensaio suplementar de amostras colhidas na fábrica pelo fabricante de acordo com um programa de ensaio previamente prescrito;

b) Atribuições do organismo notificado:

- i) Ensaio de tipo inicial;
- ii) Inspecção inicial da fábrica e do controlo da produção em fábrica;
- iii) Acompanhamento, apreciação e aprovação contínuas do controlo da produção na fábrica;
- iv) Eventualmente, ensaio aleatório de amostras colhidas na fábrica, no mercado ou na obra.

2.2 — O certificado de conformidade CE deve incluir, em particular:

a) Nome, endereço e número de identificação do organismo notificado;

b) Nome e endereço do fabricante ou do seu mandatário estabelecido na União Europeia, na Turquia ou num Estado subscritor do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu;

c) Descrição do produto, designadamente o tipo, a identificação e a utilização do mesmo;

d) Disposições com as quais o produto está conforme;

e) Condições específicas para a utilização do produto;

f) Número do certificado;

g) Condições e prazo de validade do certificado, se for caso disso;

h) Nome e cargo da pessoa autorizada a assinar o certificado.

3 — Para efeitos do presente decreto-lei, controlo da produção na fábrica significa um controlo interno permanente da produção efectuado pelo fabricante.

4 — Todos os elementos, requisitos e disposições adoptados pelo fabricante devem ser sistematicamente documentados sob a forma de regras e procedimentos escritos.

5 — A documentação do sistema de controlo da produção deve assegurar uma compreensão comum das garantias da qualidade e permitir verificar a obtenção das características exigidas do produto e a funcionalidade efectiva do sistema de controlo da produção.

ANEXO IV

Organismos notificados

1 — Os organismos notificados são os organismos envolvidos nos procedimentos de avaliação da conformidade, devendo ser qualificados pelo Instituto Português da Qualidade, I. P., nos termos do n.º 3 do artigo 13.º e preferencialmente acreditados pelo organismo nacional de acreditação, no âmbito do Sistema Português da Qualidade (SPQ).

2 — Os organismos notificados nos termos do número anterior devem satisfazer as seguintes condições mínimas:

a) Independência e imparcialidade em relação às pessoas directa ou indirectamente relacionadas com os produtos;

b) Competência técnica e integridade pessoal;

c) Subscrição de um seguro de responsabilidade civil, se esta responsabilidade não for coberta pelo Estado.

3 — Os organismos notificados distinguem-se entre si tendo em conta as seguintes funções:

a) Organismo de certificação — organismo imparcial, público ou não, com a competência e a responsabilidade necessárias para proceder à certificação da conformidade dos produtos ou à certificação do controlo da produção em fábrica, de acordo com as regras de processo e gestão estabelecidas;

b) Organismo de inspecção — organismo imparcial que disponha da organização, do pessoal, da competência e da integridade necessários para efectuar, segundo critérios específicos, funções como a avaliação, parecer para a aceitação e auditoria ao controlo da qualidade na fábrica e selecção e avaliação de produtos *in situ*, na fábrica ou em qualquer outro lugar;

c) Laboratório de ensaio — laboratório que mede, examina, ensaia, calibra ou determina por qualquer outro modo as características do comportamento funcional dos materiais ou dos produtos.

4 — Nas situações referidas nos n.ºs 1.1.1 e 2.1 do anexo III, as funções referidas no número anterior podem ser executadas por um só organismo ou por organismos distintos, caso em que os organismos implicados na avaliação da conformidade executarão as suas funções sob a égide do organismo de certificação.

ANEXO V

Republicação do Decreto-Lei n.º 113/93, de 10 de Abril

Artigo 1.º

Âmbito

1 — O presente decreto-lei visa definir os procedimentos a adoptar com vista a garantir que os produtos

de construção se revelem adequados ao fim a que se destinam, de modo que os empreendimentos em que venham a ser aplicados satisfaçam as exigências essenciais.

2 — Para efeitos do presente decreto-lei, entende-se por:

a) «Produtos de construção» os produtos destinados a ser incorporados ou aplicados, de forma permanente, nos empreendimentos de construção, adiante designados por produtos;

b) «Empreendimentos de construção» os edifícios e outras obras de construção e de engenharia civil, adiante designados por obras;

c) «Colocação do produto no mercado» a primeira vez que um produto é colocado à disposição, no mercado comunitário, a título gratuito ou oneroso, com vista à sua distribuição ou utilização na Comunidade.

Artigo 2.º

Exigências essenciais

As exigências essenciais das obras, em matéria de resistência mecânica e estabilidade, segurança contra incêndio, higiene, saúde e ambiente, segurança na utilização, protecção contra o ruído e economia de energia e isolamento térmico, susceptíveis de condicionar as características dos produtos nelas utilizados constam do anexo I do presente decreto-lei e que dele faz parte integrante.

Artigo 3.º

Colocação dos produtos no mercado

1 — Para colocação no mercado, os produtos a que se refere o artigo 1.º devem revelar aptidão para o uso a que se destinam, apresentando características tais que as obras em que venham a ser incorporados, quando convenientemente projectadas e construídas, possam satisfazer as exigências essenciais referidas no artigo anterior.

2 — Presumem-se aptos ao uso a que se destinam os produtos nos quais esteja aposta a marcação CE, indicativa de que os mesmos obedecem ao conjunto de disposições do presente decreto-lei, incluindo os procedimentos de avaliação da conformidade previstos nos artigos 6.º e 7.º

3 — Sem prejuízo da obrigatoriedade prevista no artigo seguinte, podem ser colocados no mercado sem ter aposta a marcação CE:

a) Os produtos que constem da lista de produtos menos importantes no que concerne aos aspectos de saúde e de segurança, elaborada pela Comissão Europeia, desde que acompanhados de uma declaração de conformidade com as boas práticas técnicas;

b) Os produtos que satisfaçam disposições nacionais relativas à certificação obrigatória até que as especificações técnicas europeias referidas no artigo 5.º obriquem à aposição da marcação CE.

Artigo 4.º

Obrigatoriedade da marcação CE

1 — É obrigação do fabricante ou do seu mandatário estabelecido na União Europeia, na Turquia ou num Estado subscritor do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu apor a marcação CE no próprio produto, num

rótulo, nele fixado, na respectiva embalagem ou nos documentos comerciais de acompanhamento antes da colocação no mercado, nos termos dos números seguintes.

2 — A marcação CE, constituída pelas iniciais «CE», de acordo com o grafismo constante do anexo II do presente decreto-lei e que dele faz parte integrante, deve ser aposta de forma visível, facilmente legível e indelével e acompanhada da informação indicada no referido anexo.

3 — A aposição da marcação CE significa que os produtos de construção foram objecto de uma declaração de conformidade CE emitida pelo fabricante e, quando aplicável, de um certificado de conformidade CE emitido por um organismo notificado e que estão de acordo com as especificações técnicas referidas no artigo 5.º

4 — No caso de os produtos de construção estarem abrangidos por outros diplomas que prevejam também a aposição da marcação CE, com a sua aposição presume-se que os produtos estão conformes com as disposições constantes desses diplomas.

5 — É proibida a afixação nos produtos ou nas embalagens de marcas que pelas suas características sejam susceptíveis de induzir em erro quanto ao significado e ao grafismo da marcação CE.

6 — Sem prejuízo do disposto no número anterior pode ser aposta qualquer outra marca nos produtos, num rótulo, nas embalagens ou nos documentos comerciais de acompanhamento desde que não reduza ou exclua a visibilidade ou a legibilidade da marcação CE.

Artigo 5.º

Especificações técnicas

Para efeitos do presente decreto-lei, consideram-se especificações técnicas:

a) A norma nacional que transponha uma norma harmonizada, isto é, que transponha uma especificação técnica elaborada pelo Comité Europeu de Normalização (CEN) ou pelo Comité Europeu de Normalização Electrotécnica (CENELEC), mediante mandatos conferidos pela Comissão Europeia;

b) A aprovação técnica europeia (ETA), emitida nos termos do artigo 6.º;

c) A especificação técnica nacional, caso não exista norma harmonizada aplicável, que a Comissão Europeia indicou beneficiar da presunção de conformidade com as exigências essenciais, notificando-a aos Estados membros, e cuja referência é publicada no *Jornal Oficial da União Europeia*.

Artigo 6.º

Aprovação técnica europeia

1 — A aprovação técnica europeia é o reconhecimento técnico da aptidão de um produto para o uso a que o mesmo se destina.

2 — A aprovação técnica europeia pode ser concedida:

a) A produtos para os quais não exista norma harmonizada nem um mandato para a sua elaboração e para os quais a Comissão Europeia considere não poder ser elaborada uma norma harmonizada;

b) A produtos que se afastem de forma significativa das normas harmonizadas ou das especificações técnicas nacionais referidas, respectivamente, nas alíneas a) e c) do artigo 5.º;

c) A produtos para os quais existam guias de aprovação técnica europeia elaborados pela Organização Europeia de Aprovação Técnica (EOTA — European Organization for Technical Approvals), mesmo nos casos em que a Comissão Europeia tenha conferido mandato para a elaboração de uma norma harmonizada ou estabelecido a possibilidade da sua elaboração, cessando os seus efeitos com a entrada em vigor da norma harmonizada sobre a matéria;

d) A produtos em relação aos quais, embora tendo conferido mandato para a elaboração de uma norma harmonizada ou estabelecido a sua elaboração como possível, a Comissão Europeia, excepcionalmente e durante um período determinado, autorize a concessão.

3 — A aprovação técnica europeia de um produto é concedida, em geral, por um prazo de cinco anos, prorrogável, e baseia-se em análises, ensaios e demais condições indicados nos documentos interpretativos referidos no artigo 12.º da Directiva n.º 89/106/CEE, do Conselho, de 21 de Dezembro de 1988, bem como:

a) Nos guias elaborados pela EOTA e relativos ao produto em causa ou à família de produtos a que pertence;

b) Na falta dos guias referidos na alínea anterior, por referência às exigências essenciais e aos documentos interpretativos pertinentes.

4 — A aprovação técnica europeia é emitida a pedido do fabricante ou do seu mandatário estabelecido na União Europeia, na Turquia ou num Estado subscritor do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu por organismos designados, para o efeito, pelos Estados membros.

Artigo 7.º

Declaração e certificado de conformidade CE

1 — As declarações de conformidade CE e os certificados de conformidade CE, referidos no artigo 4.º, pressupõem a observância do sistema de avaliação da conformidade estabelecido nas especificações técnicas aplicáveis.

2 — O sistema de avaliação da conformidade referido no n.º 1 é definido com base no disposto no anexo III do presente decreto-lei e que dele faz parte integrante.

3 — No caso de produtos destinados a serem colocados no mercado nacional, as declarações e os certificados de conformidade CE, com os elementos referidos no anexo III do presente decreto-lei, são redigidos em língua portuguesa.

Artigo 8.º

Organismos notificados

1 — Os organismos de certificação, os organismos de inspecção e os laboratórios de ensaio envolvidos nos sistemas de avaliação da conformidade devem estar qualificados para o efeito com observância dos critérios mínimos previstos no anexo IV do presente decreto-lei e que dele faz parte integrante.

2 — A lista dos organismos qualificados é fornecida à Comissão Europeia, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 13.º

Artigo 9.º

Reconhecimento mútuo

1 — As declarações e os certificados de conformidade CE, bem como os ensaios e inspecções efectuados

em qualquer Estado membro da União Europeia, na Turquia ou num Estado subscritor do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu, de harmonia com a Directiva n.º 89/106/CEE, do Conselho, de 21 de Dezembro de 1988, e outra regulamentação comunitária aplicável, têm o mesmo valor que os documentos e procedimentos nacionais correspondentes.

2 — Mediante pedido do fabricante ou do seu mandatário estabelecido na União Europeia, na Turquia ou num Estado subscritor do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu, em casos concretos e na ausência de especificações técnicas de um dos tipos referidos no artigo 5.º, serão considerados em harmonia com as disposições nacionais conformes com o Tratado que institui a CEE os produtos que tenham obtido resultados satisfatórios em ensaios e inspecções efectuados por uma entidade aprovada no Estado membro onde tiverem sido fabricados, segundo os métodos em vigor em Portugal ou reconhecidos como equivalentes, pelo Instituto Português da Qualidade, I. P. (IPQ), no âmbito do Sistema Português da Qualidade (SPQ).

3 — Quando se verificar que a entidade aprovada referida no número anterior não efectua os ensaios ou as inspecções nas condições devidas, a Direcção-Geral da Empresa (DGE), ouvido o IPQ, informará desse facto o Estado membro respectivo para que este desenvolva as diligências adequadas e das mesmas lhe dê conhecimento.

4 — Quando as diligências referidas se mostrem insuficientes, a DGE informará desse facto o Estado membro respectivo, podendo accionar a cláusula de salvaguarda nos termos do artigo seguinte.

Artigo 10.º

Cláusula de salvaguarda

1 — Sempre que se verifique que os produtos de construção, ainda que tenham aposta a marcação CE, não se encontram aptos ao uso a que se destinam, será proibida ou limitada a sua colocação no mercado, condicionada ou assegurada a sua retirada do mesmo, mediante despacho do ministro que tutela a área da economia, com base em proposta da DGE.

2 — As entidades fiscalizadoras do presente decreto-lei darão conhecimento imediato à DGE de todas as situações que justifiquem a adopção das medidas previstas no número anterior.

Artigo 11.º

Fiscalização

1 — A fiscalização do cumprimento do disposto no presente decreto-lei cabe à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), sem prejuízo das competências atribuídas por lei a outras entidades.

2 — Os técnicos da entidade a que se refere o número anterior podem colher amostras dos produtos abrangidos pelo presente decreto-lei para verificação da conformidade com as especificações técnicas aplicáveis, designadamente junto do produtor, importador, comerciante e na obra, devendo ser-lhes prestado todo o apoio necessário ao exercício das suas funções.

3 — Os encargos decorrentes da realização dos ensaios serão suportados pelas entidades fiscalizadoras, excepto se os produtos não estiverem em conformidade

com as especificações técnicas aplicáveis nos termos do presente decreto-lei, caso em que serão suportados pelo agente económico em causa.

4 — Das infracções verificadas será levantado auto de notícia, nos termos das disposições legais aplicáveis.

5 — A instrução dos processos de contra-ordenação compete à ASAE, a quem devem ser enviados os autos relativos a infracções verificadas por outras entidades.

Artigo 12.º

Contra-ordenações

1 — O incumprimento do disposto nos artigos 3.º e 4.º constitui contra-ordenação punível com coima de € 2000 a € 44 750, sem prejuízo da responsabilidade civil ou penal do mesmo decorrente, podendo ser ainda determinada, como sanção acessória, a apreensão dos produtos em causa, sempre que a sua utilização em condições normais represente perigo que o justifique.

2 — Se o infractor for uma pessoa singular o montante máximo da coima prevista no número anterior é reduzido para € 3700.

3 — A tentativa e a negligência são puníveis, sendo os limites referidos nos números anteriores reduzidos para metade.

4 — Sem prejuízo do disposto no artigo 10.º, a infracção ao disposto no artigo 4.º, quando respeite à oposição indevida da marcação CE, implica a obrigação, por parte do fabricante ou mandatário, de repor o produto em conformidade com as disposições relativas à marcação CE e de fazer cessar a infracção, sob pena de ser proibida ou limitada, nos termos do artigo 10.º, a colocação do produto no mercado, no caso de a não conformidade persistir.

5 — A aplicação das sanções previstas nos n.ºs 1 e 2 compete à Comissão de Aplicação de Coimas em Matéria Económica e Publicidade (CACMEP).

6 — As receitas resultantes da aplicação das sanções acima previstas reverte:

- a) Em 60 % para o Estado;
- b) Em 10 % para a entidade autuante;
- c) Em 10 % para a DGE;
- d) Em 10 % para o IPQ;
- e) Em 10 % para a ASAE.

Artigo 13.º

Acompanhamento

1 — A DGE, o IPQ e o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, adiante designado por LNEC, acompanharão a aplicação do presente decreto-lei, propondo as medidas necessárias à prossecução dos seus objectivos e as que se destinem a assegurar a ligação com a Comissão Europeia e os Estados membros.

2 — Compete à DGE, designadamente:

a) Informar a Comissão Europeia e os Estados membros de quaisquer medidas tomadas contra quem tiver apostado indevidamente a marcação CE em produtos abrangidos pelo presente decreto-lei;

b) Informar imediatamente a Comissão Europeia das medidas tomadas ao abrigo do artigo 10.º, indicando os seus fundamentos e em especial se a situação resultou de não observância dos requisitos aplicáveis aos produtos, de uma incorrecta aplicação das especificações técnicas aplicáveis ou de deficiência das mesmas;

c) Publicitar a lista de produtos mencionada na alínea a) do n.º 3 do artigo 3.º e das referências dos documentos indicados nas alíneas a) e c) do artigo 5.º;

d) Notificar o Comité Permanente de Construção (CPC) da inadequação das especificações técnicas referidas nas alíneas a) e b) do artigo 5.º relativamente ao disposto nos artigos 2.º e 3.º do presente decreto-lei.

3 — Compete ao IPQ assegurar o cumprimento dos procedimentos da directiva no que diz respeito à notificação e qualificação, mantendo a Comissão Europeia, os Estados membros e a DGE permanentemente informados dos organismos notificados para as intervenções previstas no presente decreto-lei.

4 — Compete ao LNEC:

a) Emitir aprovações técnicas europeias e promover a publicação das versões portuguesas dos guias de aprovação técnica europeia referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 6.º;

b) Dar conhecimento dessas aprovações técnicas às demais entidades que constituem a EOTA e enviar-lhes, para informação, quando lho solicitarem, cópia de todos os documentos relativos a qualquer dessas mesmas aprovações.

ANEXO I

Exigências essenciais das obras

1 — As exigências essenciais das obras devem, em condições normais de manutenção, ser satisfeitas durante um período de vida útil economicamente razoável e referem-se geralmente a factores previsíveis.

2 — As exigências essenciais das obras são as seguintes:

2.1 — Resistência mecânica e estabilidade. — As obras devem ser concebidas e construídas de modo que as acções a que possam estar sujeitas durante a construção e a utilização não causem desabamento total ou parcial da obra, deformações de grau inadmissível, danos em outras partes da obra ou das instalações ou do equipamento instalado em consequência de deformações importantes dos elementos resistentes e danos desproporcionados relativamente ao facto que esteve na sua origem.

2.2 — Segurança contra incêndio. — As obras devem ser concebidas e realizadas de modo que, no caso de se declarar um incêndio, a estabilidade dos elementos resistentes possa ser garantida durante um período de tempo determinado, a deflagração e a propagação do fogo e do fumo dentro da obra sejam limitadas, a propagação do fogo às construções vizinhas seja limitada, os ocupantes possam abandonar ilesos a obra ou ser salvos por outros meios e a segurança das equipas de socorro tenha sido tida em consideração.

2.3 — Higiene, saúde e ambiente. — As obras devem ser concebidas e realizadas de modo a não causarem danos à higiene e à saúde dos ocupantes ou vizinhos em consequência, nomeadamente, da libertação de gases tóxicos, da presença no ar de partículas ou gases perigosos, da emissão de radiações perigosas, da poluição ou contaminação da água ou do solo, da evacuação defeituosa das águas residuais, do fumo e dos desperdícios, sólidos ou líquidos, e da presença de humidade em partes das obras ou nos parâmetros interiores das mesmas.

2.4 — Segurança na utilização. — As obras devem ser concebidas e realizadas de modo a não apresentarem riscos inaceitáveis de acidente durante a sua utilização e o seu funcionamento, designadamente riscos de escor-

regamento, queda, choque, queimadura, electrocussão e ferimentos em consequência de explosão.

2.5 — Protecção contra o ruído. — As obras devem ser concebidas e realizadas de modo que o ruído a que os ocupantes e as pessoas próximas se encontrem expostos se mantenha num nível que não prejudique a sua saúde e lhes permita dormir, descansar e trabalhar em condições satisfatórias.

2.6 — Economia de energia e isolamento térmico. — As obras e as respectivas instalações de aquecimento, arrefecimento e ventilação devem ser concebidas e construídas de modo que a quantidade de energia necessária para a sua utilização seja reduzida, tendo em conta as condições climáticas do local de implantação e o conforto térmico dos ocupantes.

ANEXO II

Marcação CE

1 — A marcação CE é constituída pelas iniciais «CE», com a apresentação gráfica abaixo reproduzida, devendo as proporções manter-se no caso de redução ou ampliação e os elementos da marcação CE ter sensivelmente a mesma dimensão vertical, que não pode ser inferior a 5 mm.



2 — A marcação CE deve ser acompanhada da seguinte informação:

- a) Número de identificação do organismo notificado, quando aplicável;
- b) Nome ou marca distintiva do fabricante ou do seu mandatário estabelecido na União Europeia, na Turquia ou num Estado subscritor do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu e local de produção;
- c) Dois últimos algarismos do ano em que a marcação foi aposta;
- d) Número do certificado de conformidade CE, quando aplicável;
- e) Indicações que permitam identificar as características do produto em função das especificações técnicas;
- f) Descrição do produto e utilizações previstas.

ANEXO III

Sistemas de avaliação da conformidade

(a utilizar nos termos das especificações técnicas aplicáveis)

1 — Declaração de conformidade CE:

1.1 — A declaração de conformidade CE consiste numa declaração efectuada pelo fabricante com base em:

1.1.1 — Primeira possibilidade:

a) Atribuições do fabricante:

- i) Ensaio de tipo inicial;
- ii) Controlo da produção em fábrica;

iii) Eventualmente, ensaio de amostras colhidas na fábrica de acordo com um programa de ensaio previamente estabelecido;

b) Atribuições do organismo notificado:

i) Certificação do controlo da produção em fábrica, com base:

a) Na inspecção inicial da fábrica e do controlo da produção em fábrica;

b) Eventualmente, no acompanhamento, na apreciação e na aprovação permanentes do controlo da produção em fábrica;

1.1.2 — Segunda possibilidade:

a) Ensaio de tipo inicial efectuado por um laboratório notificado;

b) Controlo da produção em fábrica efectuado pelo fabricante;

1.1.3 — Terceira possibilidade:

a) Ensaio de tipo inicial efectuado pelo fabricante;

b) Controlo da produção em fábrica efectuado pelo fabricante.

1.2 — A declaração de conformidade CE deve incluir, em particular:

a) Nome e endereço do fabricante ou seu mandatário estabelecido na União Europeia, na Turquia ou num Estado subscritor do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu;

b) Descrição do produto, designadamente o tipo, a identificação e a utilização do mesmo;

c) Disposições com as quais o produto está conforme;

d) Condições específicas para a utilização do produto;

e) Nome, endereço e número de identificação dos organismos notificados, se for caso disso;

f) Nome e cargo da pessoa autorizada a assinar a declaração em nome do fabricante ou em nome do seu mandatário estabelecido na União Europeia, na Turquia ou num Estado subscritor do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu.

2 — Certificado de conformidade CE:

2.1 — O certificado de conformidade CE pressupõe a certificação da conformidade do produto por um organismo de certificação notificado com base em:

a) Atribuições do fabricante:

i) Controlo da produção em fábrica;

ii) Ensaio suplementar de amostras colhidas na fábrica pelo fabricante de acordo com um programa de ensaio previamente prescrito;

b) Atribuições do organismo notificado:

i) Ensaio de tipo inicial;

ii) Inspecção inicial da fábrica e do controlo da produção em fábrica;

iii) Acompanhamento, apreciação e aprovação contínuas do controlo da produção na fábrica;

iv) Eventualmente, ensaio aleatório de amostras colhidas na fábrica, no mercado ou na obra.

2.2 — O certificado de conformidade CE deve incluir, em particular:

- a) Nome, endereço e número de identificação do organismo notificado;
- b) Nome e endereço do fabricante ou do seu mandatário estabelecido na União Europeia, na Turquia ou num Estado subscritor do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu;
- c) Descrição do produto, designadamente o tipo, a identificação e a utilização do mesmo;
- d) Disposições com as quais o produto está conforme;
- e) Condições específicas para a utilização do produto;
- f) Número do certificado;
- g) Condições e prazo de validade do certificado, se for caso disso;
- h) Nome e cargo da pessoa autorizada a assinar o certificado.

3 — Para efeitos do presente decreto-lei, controlo da produção na fábrica significa um controlo interno permanente da produção efectuado pelo fabricante.

4 — Todos os elementos, requisitos e disposições adoptados pelo fabricante devem ser sistematicamente documentados sob a forma de regras e procedimentos escritos.

5 — A documentação do sistema de controlo da produção deve assegurar uma compreensão comum das garantias da qualidade e permitir verificar a obtenção das características exigidas do produto e a funcionalidade efectiva do sistema de controlo da produção.

ANEXO IV

Organismos notificados

1 — Os organismos notificados são os organismos envolvidos nos procedimentos de avaliação da conformidade, devendo ser qualificados pelo Instituto Português da Qualidade, I. P., nos termos do n.º 3 do artigo 13.º e preferencialmente acreditados pelo organismo nacional de acreditação, no âmbito do Sistema Português da Qualidade (SPQ).

2 — Os organismos notificados nos termos do número anterior devem satisfazer as seguintes condições mínimas:

- a) Independência e imparcialidade em relação às pessoas directa ou indirectamente relacionadas com os produtos;
- b) Competência técnica e integridade pessoal;
- c) Subscrição de um seguro de responsabilidade civil, se esta responsabilidade não for coberta pelo Estado.

3 — Os organismos notificados distinguem-se entre si tendo em conta as seguintes funções:

- a) Organismo de certificação — organismo imparcial, público ou não, com a competência e a responsabilidade necessárias para proceder à certificação da conformidade dos produtos ou à certificação do controlo da produção em fábrica, de acordo com as regras de processo e gestão estabelecidas;
- b) Organismo de inspecção — organismo imparcial que disponha da organização, do pessoal, da competência e da integridade necessários para efectuar, segundo critérios específicos, funções como a avaliação, parecer para a aceitação e auditoria ao controlo da qualidade na fábrica e selecção e avaliação de produtos *in situ*, na fábrica ou em qualquer outro lugar;

c) Laboratório de ensaio — laboratório que mede, examina, ensaia, calibra ou determina por qualquer outro modo as características do comportamento funcional dos materiais ou dos produtos.

4 — Nas situações referidas nos n.ºs 1.1.1 e 2.1 do anexo III, as funções referidas no número anterior podem ser executadas por um só organismo ou por organismos distintos, caso em que os organismos implicados na avaliação da conformidade executarão as suas funções sob a égide do organismo de certificação.

Portaria n.º 33/2007

de 8 de Janeiro

O Decreto-Lei n.º 192/2006, de 26 de Setembro, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2004/22/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março, estabelece os requisitos essenciais gerais a observar na colocação no mercado e em serviço dos instrumentos de medição nela referidos.

A alínea g) do artigo 2.º, conjugada com o artigo 20.º, do citado decreto-lei remete para portaria do ministro que tutela a área da economia a fixação dos domínios de utilização e dos requisitos essenciais específicos a que tais instrumentos devem obedecer.

A directiva transposta por aquele decreto-lei deixou ao critério dos Estados membros a definição dos termos do controlo metrológico em serviço, pelo que, tal como disposto no artigo 19.º do mesmo diploma, ao controlo metrológico em serviço devem continuar a aplicar-se as disposições do Decreto-Lei n.º 291/90, de 20 de Setembro, e da Portaria n.º 962/90, de 9 de Outubro.

Nestes termos, a presente portaria, para além de definir os requisitos específicos a observar nos novos instrumentos de medição do tipo referido no seu artigo 1.º, dá continuidade ao exercício do controlo metrológico em serviço já existente nas categorias dos instrumentos de medição agora abrangidas pelo anexo MI-007, «Taxímetros», da directiva, que eram regulados pela Portaria n.º 1020/83, de 6 de Dezembro.

Assim:

Ao abrigo do disposto na alínea g) do artigo 2.º, conjugada com o artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 192/2006, de 26 de Setembro:

Manda o Governo, pelo Ministro da Economia e da Inovação, o seguinte:

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

O presente regulamento aplica-se aos taxímetros.

Artigo 2.º

Requisitos essenciais e específicos

Além dos requisitos essenciais pertinentes referidos no anexo I do Decreto-Lei n.º 192/2006, de 26 de Setembro, aos taxímetros a colocar no mercado ou em serviço aplicam-se os requisitos essenciais específicos publicados em anexo à presente portaria.

Artigo 3.º

Avaliação da conformidade

A avaliação da conformidade dos taxímetros pode ser efectuada através dos procedimentos referidos nos

Comunicação da Comissão no âmbito da execução da Directiva 89/106/CEE do Conselho relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros no que respeita aos produtos de construção

(Texto relevante para efeitos do EEE)

(Publicação dos títulos e referências das normas harmonizadas ao abrigo da directiva)

(2007/C-290/1-2)

A data de aplicabilidade da norma enquanto norma europeia harmonizada e a data do final do período de coexistência, ou seja, a data de retirada de especificações técnicas nacionais incompatíveis, após a qual a presunção de conformidade deve basear-se na norma europeia harmonizada, estão disponíveis na página <http://ec.europa.eu/enterprise/newapproach/nando/index.cfm?fuseaction=cpd.hs> do sistema de informação NANDO da Comissão Europeia.

OEN (*)	Referência e título da norma (Documento de referência)	Referência da norma revogada e substituída	Data da cessação da presunção de conformidade da norma revogada e substituída (Nota 1)
CEN	EN 1:1998 Fogões de aquecimento a combustíveis líquidos com queimadores de vaporização ligados a uma conduta de evacuação dos produtos da combustão EN 1:1998/A1:2007	—	
CEN	EN 40-4:2005 Candeeiros de iluminação pública — Parte 4: Requisitos para os candeeiros de iluminação pública em betão armado e betão pré-esforçado EN 40-4:2005/AC:2006	—	
CEN	EN 40-5:2002 Candeeiros de iluminação pública — Parte 5: Especificação para candeeiros de iluminação pública em aço	—	
CEN	EN 40-6:2002 Candeeiros de iluminação pública — Parte 6: Especificação para candeeiros de iluminação pública em alumínio	—	
CEN	EN 40-7:2002 Candeeiros de iluminação pública — Parte 7: Requisitos para candeeiros de iluminação pública em compositos reforçados de fibras	—	
CEN	EN 54-2:1997 Sistemas de detecção e alarme de incêndio. Parte 2: Equipamento de controlo e sinalização EN 54-2:1997/A1:2006 EN 54-2:1997/AC:1999	— Nota 3	 31.12.2007
CEN	EN 54-3:2001 Sistemas de detecção e de alarme de incêndio — Parte 3: Dispositivos de alarme de incêndio — Sirenes EN 54-3:2001/A1:2002 EN 54-3:2001/A2:2006	— Nota 3	 31.5.2009
CEN	EN 54-4:1997 Sistemas de detecção e alarme de incêndio — Parte 4: Equipamento de alimentação de energia EN 54-4:1997/A1:2002 EN 54-4:1997/A2:2006 EN 54-4:1997/AC:1999	— Nota 3	 31.8.2009

OEN (*)	Referência e título da norma (Documento de referência)	Referência da norma revogada e substituída	Data da cessação da presunção de conformidade da norma revogada e substituída (Nota 1)
CEN	EN 54-5:2000 Sistemas de detecção e de alarme de incêndio — Parte 5: Detectores térmicos — Detectores pontuais	—	
	EN 54-5:2000/A1:2002		
CEN	EN 54-7:2000 Sistemas de detecção e de alarme de incêndio — Parte 7: Detectores de fumo — Detectores pontuais funcionando segundo o princípio da difusão da luz, da transmissão da luz ou da ionização	—	
	EN 54-7:2000/A1:2002		
	EN 54-7:2000/A2:2006	Nota 3	31.7.2009
CEN	EN 54-10:2002 Sistemas de detecção e alarme de incêndios — Parte 10: Detectores de chama — Detectores pontuais	—	
	EN 54-10:2002/A1:2005	Nota 3	Expirou (31.8.2007)
CEN	EN 54-11:2001 Sistemas de detecção e alarme de incêndios — Parte 11: Botões de alarme manuais	—	
	EN 54-11:2001/A1:2005	Nota 3	30.9.2008
CEN	EN 54-12:2002 Sistemas de detecção e de alarme de incêndio — Parte 12: Detectores de fumo — Detectores lineares utilizando um feixe óptico de luz	—	
CEN	EN 54-17:2005 Sistemas de detecção e alarme de incêndios — Parte 17: Isoladores de curto circuito	—	
CEN	EN 54-18:2005 Sistemas de detecção e alarme de incêndios — Parte 18: Dispositivos Input/Output	—	
	EN 54-18:2005/AC:2007		
CEN	EN 54-20:2006 Sistemas de alarme e detecção de incêndios — Parte 20: Detectores de fumo por aspiração	—	
CEN	EN 54-21:2006 Sistemas de detecção e alarme de incêndios — Parte 21: Equipamento de transmissão de alarme e de encaminhamento de sinalização de avaria	—	
CEN	EN 179:1997 Acessórios e ferragens — Dispositivo anti-pânico para fecho de portas para saídas de emergência, accionadas por alavanca ou por barra de manobra — Especificações e métodos de ensaio	—	
	EN 179:1997/A1:2001		
	EN 179:1997/A1:2001/AC:2002		
CEN	EN 197-1:2000 Cimento — Parte 1: Composição, especificações e critérios de conformidade para cimentos correntes	—	
	EN 197-1:2000/A1:2004	Nota 3	Expirou (21.10.2004)
	EN 197-1:2000/A3:2007	Nota 3	31.1.2008

OEN (1)	Referência e título da norma (Documento de referência)	Referência da norma revogada e substituída	Data da cessação da presunção de conformidade da norma revogada e substituída (Nota 1)
CEN	EN 197-4:2004 Cimento — Parte 4: Composição, especificações e critérios de conformidade para cimentos de alto-forno de baixa resistência inicial	—	
CEN	EN 295-10:2005 Tubos e acessórios de grés cerâmico e respectivas juntas, para sistemas de drenagem de águas residuais — Requisitos, ensaios, controlo da qualidade	—	
CEN	EN 413-1:2004 Cimento de alvenaria — Parte 1: Composição, especificações e critérios de conformidade	—	
CEN	EN 438-7:2005 Laminado decorativo a alta pressão (HPL) — Lâmina de resinas termofixas (normalmente chamadas laminados) — Parte 7: Laminado compacto e painéis de composto HPL para paredes interiores e exteriores e acabamentos de tectos	—	
CEN	EN 442-1:1995 Radiadores e convectores — Parte 1: Especificações e requisitos técnicos EN 442-1:1995/A1:2003	—	
CEN	EN 450-1:2005 Cinzas volantes para betão — Parte 1: Definição, especificações e critérios de conformidade	—	
CEN	EN 459-1:2001 Cal de construção — Parte 1: Definições, especificações e critérios de conformidade	—	
CEN	EN 490:2004 Telhas e acessórios em betão para coberturas e revestimento de paredes — Especificações dos produtos	—	
CEN	EN 492:2004 Placas de fibro-cimento e seus acessórios em fibro-cimento— Especificações de produto e métodos de ensaio. EN 492:2004/A1:2005 EN 492:2004/A2:2006	— Nota 3 Nota 3	 Expirou (28.2.2006) 30.6.2008
CEN	EN 494:2004+A3:2007 Chapas onduladas de fibrocimento e acessórios — Especificações de produto e métodos de ensaio.	EN 494:2004	Expirou (30.9.2007)
CEN	EN 516:2006 Acessórios prefabricados para coberturas — Dispositivos para acesso à cobertura — Caminhos de circulação, plataformas e degraus.	—	
CEN	EN 517:2006 Acessórios prefabricados para coberturas — Gancho de segurança em coberturas.	—	
CEN	EN 520:2004 Placas de estuque — Definições, requisitos e métodos de ensaio	—	
CEN	EN 523:2003 Bainhas de aço para armaduras de pré-esforço — Terminologia, requisitos e controlo da qualidade	—	

OEN (1)	Referência e título da norma (Documento de referência)	Referência da norma revogada e substituída	Data da cessação da presunção de conformidade da norma revogada e substituída (Nota 1)
CEN	EN 534:2006 Placas onduladas betuminosas — Especificações do produto e métodos de ensaio	—	
CEN	EN 544:2005 Placas betuminosas com armaduras minerais e/ou sintéticas — Especificação do produto e métodos de ensaio.	—	
CEN	EN 572-9:2004 Vidro na construção — Vidro de silicato sodo cálcico de base — Parte 9: Avaliação da conformidade/Norma de produto	—	
CEN	EN 588-2:2001 Tubos de fibrocimento para sistemas de drenagem de águas residuais — Parte 2: Câmaras de visita e câmaras de ramal	—	
CEN	EN 671-1:2001 Instalações fixas de combate a incêndio — Sistemas armados com mangueiras — Parte 1: Bocas de incêndio armadas com mangueiras semi-rígidas EN 671-1:2001/AC:2002	—	
CEN	EN 671-2:2001 Instalações fixas de combate a incêndio — Sistemas armados com mangueiras — Parte 2: Bocas de incêndio armadas com mangueiras flexíveis EN 671-2:2001/A1:2004	— Nota 3	Expirou (30.11.2004)
CEN	EN 681-1:1996 Vedantes elastoméricos — Requisitos dos materiais para vedantes para juntas de tubos utilizados em aplicações de água e drenagem — Parte 1: Borracha vulcanizada EN 681-1:1996/A1:1998 EN 681-1:1996/A2:2002 EN 681-1:1996/A3:2005	— Nota 3	Expirou (28.2.2006)
CEN	EN 681-2:2000 Juntas de estanquidade de elastómero — Requisitos dos materiais para juntas de estanquidade de tubagem usada em abastecimento de água e drenagem de águas residuais — Parte 2: Elastómeros termoplásticos EN 681-2:2000/A1:2002	—	
CEN	EN 681-3:2000 Juntas de estanquidade de elastómero — Requisitos dos materiais para juntas de estanquidade de tubagem usada em abastecimento de água e drenagem de águas residuais — Parte 3: Materiais celulares de borracha vulcanizada EN 681-3:2000/A1:2002	—	
CEN	EN 681-4:2000 Juntas de estanquidade de elastómero — Requisitos dos materiais para juntas de estanquidade de tubagem usada em abastecimento de água e drenagem de águas residuais — Parte 4: Elementos de estanquidade de poliuretano expandido EN 681-4:2000/A1:2002	—	
CEN	EN 682:2002 Selantes elastoméricos — Requisitos dos materiais para selantes utilizados em tubos e juntas que transportam gás e hidrocarbonetos fluidos	—	

OEN (1)	Referência e título da norma (Documento de referência)	Referência da norma revogada e substituída	Data da cessação da presunção de conformidade da norma revogada e substituída (Nota 1)
CEN	EN 771-1:2003 Especificações para elementos de alvenaria — Parte 1: Tijolos cerâmicos EN 771-1:2003/A1:2005	— Nota 3	 Expirou (1.4.2006)
CEN	EN 771-2:2003 Especificações para elementos de alvenaria — Parte 2: Blocos silico-calcários EN 771-2:2003/A1:2005	EN 771-2:2000 Nota 3	Expirou (31.1.2005) Expirou (1.4.2006)
CEN	EN 771-3:2003 Especificações para blocos de alvenaria — Parte 3: Blocos de betão de agregados (densos e leves) EN 771-3:2003/A1:2005	— Nota 3	 Expirou (1.4.2006)
CEN	EN 771-4:2003 Especificações para elementos de alvenaria — Parte 4: Blocos de betão celular autoclavados EN 771-4:2003/A1:2005	— Nota 3	 Expirou (1.4.2006)
CEN	EN 771-5:2003 Especificações para elementos de alvenaria — Parte 5: Blocos de pedra para alvenaria EN 771-5:2003/A1:2005	— Nota 3	 Expirou (1.4.2006)
CEN	EN 771-6:2005 Especificações para elementos de alvenaria — Parte 6: Elementos de alvenaria de pedra natural.	—	
CEN	EN 845-1:2003 Especificação dos componentes acessórios para alvenaria — Parte 1: Amarrações, chapas de fixação, estribos de suporte e consolas	—	
CEN	EN 845-2:2003 Especificação dos componentes acessórios para alvenaria — Parte 2: Lintéis	—	
CEN	EN 845-3:2003 Especificação dos componentes acessórios para alvenaria — Parte 3: Reforço de junta horizontal em malha de aço	—	
CEN	EN 858-1:2002 Sistemas separadores de líquidos pouco densos (e.g. óleo e gasolina) — Parte 1: Princípios de concepção e dimensionamento, desempenho e ensaio, marcação e controlo da qualidade. EN 858-1:2002/A1:2004	—	
CEN	EN 877:1999 Tubos e ligações de ferro fundido, seus conjuntos e acessórios destinados à evacuação da água dos edifícios — Prescrições, métodos de ensaio e garantia da qualidade EN 877:1999/A1:2006	— Nota 3	 31.7.2008

OEN ⁽¹⁾	Referência e título da norma (Documento de referência)	Referência da norma revogada e substituída	Data da cessação da presunção de conformidade da norma revogada e substituída (Nota 1)
CEN	EN 934-2:2001 Adjuvantes para betão, argamassa e caldas de injeção — Parte 2: Adjuvantes para betão — Definições, requisitos, conformidade, marcação e rotulagem	—	
	EN 934-2:2001/A1:2004 EN 934-2:2001/A2:2005	Nota 3	Expirou (30.6.2006)
CEN	EN 934-3:2003 Adjuvantes para betão, argamassa e caldas de injeção — Parte 2: Adjuvantes para argamassa para alvenaria — Definições, requisitos, conformidade, marcação e rotulagem	—	
	EN 934-3:2003/AC:2005		
CEN	EN 934-4:2001 Adjuvantes para betão, argamassa e caldas de injeção — Parte 4: Adjuvantes para caldas de injeção para bainhas de pré-esforço — Definições, requisitos, conformidade, marcação e rotulagem	—	
CEN	EN 997:2003 Sanitas independentes e conjuntos de sanitas e cisterna com sifão incorporado	—	
	EN 997:2003/A1:2006	Nota 3	30.9.2008
CEN	EN 998-1:2003 Especificação para argamassas para alvenaria — Parte 1: Argamassas de rebocos exteriores e interiores	—	
	EN 998-1:2003/AC:2005		
CEN	EN 998-2:2003 Especificação para argamassas para alvenaria — Parte 2: Argamassa de montagem	—	
CEN	EN 1057:2006 Cobre e ligas de cobre — Tubos redondos sem costura para água e gás em aplicações sanitárias e aquecimento.	—	
CEN	EN 1096-4:2004 Vidro na construção — Vidro revestido — Parte 4: Avaliação da conformidade/ /Norma de produto	—	
CEN	EN 1123-1:1999 Tubos e acessórios de aço galvanizado com costura, de boca-ponta lisa, para sistemas de drenagem de águas residuais — Requisitos, ensaios, controlo da qualidade	—	
	EN 1123-1:1999/A1:2004		
CEN	EN 1124-1:1999 Tubos e acessórios de aço inoxidável com costura, de boca-ponta lisa, para sistemas de drenagem de águas residuais — Parte 1: Requisitos, ensaios, controlo da qualidade	—	
	EN 1124-1:1999/A1:2004		
CEN	EN 1125:1997 Acessórios e ferragens — Dispositivos anti-pânico para fecho de portas para saídas de emergência accionadas por barra horizontal — Especificações e métodos de ensaio	—	
	EN 1125:1997/A1:2001 EN 1125:1997/A1:2001/AC:2002		

OEN (1)	Referência e título da norma (Documento de referência)	Referência da norma revogada e substituída	Data da cessação da presunção de conformidade da norma revogada e substituída (Nota 1)
CEN	EN 1154:1996 Ferragens — Dispositivos de controlo de fecho de portas — Requisitos e métodos de ensaio EN 1154:1996/A1:2002	—	
CEN	EN 1155:1997 Ferragens — Dispositivos de retenção de abertura electromagnéticos — Especificações e métodos de ensaio EN 1155:1997/A1:2002	—	
CEN	EN 1158:1997 Acessórios e ferragens para edifícios — Dispositivos para coordenação de portas — Requisitos e métodos de ensaio EN 1158:1997/A1:2002 EN 1158:1997/A1:2002/AC:2006	—	
CEN	EN 1168:2005 Produtos prefabricados de betão — Pranchas de alma alveolada	—	
CEN	EN 1279-5:2005 Vidro na construção — Envidraçados isolantes pré-fabricados selados — Parte 5: Avaliação da conformidade	—	
CEN	EN 1304:2005 Telhas cerâmicas e acessórios — Definições e especificações dos produtos	—	
CEN	EN 1317-5:2007 Sistemas de retenção rodoviários — Parte 5: Requisitos do produto e avaliação de conformidade para sistemas de retenção de veículos	—	
CEN	EN 1337-3:2005 Dispositivos de apoio estruturais — Parte 3: Dispositivos de apoio elastoméricos.	—	
CEN	EN 1337-4:2004 Dispositivos de apoio estruturais — Parte 4: Rolamentos. EN 1337-4:2004/AC:2007	—	
CEN	EN 1337-5:2005 Dispositivos de apoio estrutural — Parte 5: Dispositivos de apoio com receptáculo	—	
CEN	EN 1337-6:2004 Dispositivos de apoio estruturais — Parte 6: Dispositivos de apoio oscilantes.	—	
CEN	EN 1337-7:2004 Dispositivos de apoio estrutural — Parte 7: Aparelhos de apoio esféricos e cilíndricos comportando o PTFE	EN 1337-7:2000	Expirou (30.9.2004)
CEN	EN 1338:2003 Blocos prefabricados de betão para pavimento — Requisitos e métodos de ensaio EN 1338:2003/AC:2006	—	
CEN	EN 1339:2003 Lajetas prefabricadas de betão — Requisitos e métodos de ensaio EN 1339:2003/AC:2006	—	

OEN (*)	Referência e título da norma (Documento de referência)	Referência da norma revogada e substituída	Data da cessação da presunção de conformidade da norma revogada e substi- tuída (Nota 1)
CEN	EN 1340:2003 Lancis de betão — Requisitos e métodos de ensaio EN 1340:2003/AC:2006	—	
CEN	EN 1341:2001 Lajes de pedra natural para pavimentos exteriores — Requisitos e métodos de ensaio	—	
CEN	EN 1342:2001 Cubos e paralelepípedos de pedra natural para pavimentos exteriores — Requisitos e métodos de ensaio	—	
CEN	EN 1343:2001 Guias de pedra natural para pavimentos exteriores — Requisitos e métodos de ensaio	—	
CEN	EN 1344:2002 Blocos cerâmicos para pavimento — Especificações e métodos de ensaio	—	
CEN	EN 1423:1997 Materiais para marcação rodoviária — Materiais de adição — Pérolas de vidro, agregados antiderrapantes e misturas dos dois EN 1423:1997/A1:2003	—	
CEN	EN 1433:2002 Canais de drenagem para zonas de circulação de peões e veículos — Classificação, requisitos construtivos e de ensaios, marcação e avaliação da conformidade EN 1433:2002/A1:2005	Nota 3	Expirou (31.12.2005)
CEN	EN 1457:1999 Chaminés — Conduitas interiores em terracota/cerâmica — Requisitos e métodos de ensaio EN 1457:1999/A1:2002 EN 1457:1999/AC:2006 EN 1457:1999/A1:2002/AC:2007	—	
CEN	EN 1463-1:1997 Materiais para sinalização horizontal de estradas — Marcadores retrorreflectores — Parte 1: Requisitos de desempenho inicial EN 1463-1:1997/A1:2003	—	
CEN	EN 1469:2004 Pedra natural — Placas para revestimento de paredes — Requisitos	—	
CEN	EN 1504-2:2004 Produtos e sistemas para a protecção e reparação de estruturas de betão — Definições, requisitos, controlo da qualidade e avaliação da conformidade — Parte 2: Sistemas de protecção superficial do betão	—	
CEN	EN 1504-3:2005 Produtos e sistemas para a protecção e reparação de estruturas de betão — Definições, requisitos, controlo da qualidade e avaliação da conformidade — Parte 3: Reparação estrutural e não-estrutural	—	

OEN (1)	Referência e título da norma (Documento de referência)	Referência da norma revogada e substituída	Data da cessação da presunção de conformidade da norma revogada e substituída (Nota 1)
CEN	EN 1504-4:2004 Produtos e sistemas para a protecção e reparação de estruturas de betão — Definições, requisitos, controlo da qualidade e avaliação da conformidade — Parte 4: Colagem estrutural	—	
CEN	EN 1504-5:2004 Produtos e sistemas para a protecção e reparação de estruturas de betão — Definições, requisitos, controlo da qualidade e avaliação da conformidade — Parte 5: Produtos e sistemas para injeção do betão	—	
CEN	EN 1504-6:2006 Produtos e sistemas para a protecção e reparação de estruturas de betão — Definições, requisitos, controlo da qualidade e avaliação da conformidade — Parte 6: Ancoragem de armaduras de aço	—	
CEN	EN 1504-7:2006 Produtos e sistemas para a protecção e reparação de estruturas de betão — Definições, requisitos, controlo da qualidade e avaliação da conformidade — Parte 7: Protecção contra a corrosão das armaduras	—	
CEN	EN 1520:2002 Produtos prefabricados com armadura, de betão de inertes leves com estrutura aberta	—	
CEN	EN 2.1.1748:2004 Vidro na construção — Produtos de base especiais — Vidro borossilicatado — Parte 1-2: Avaliação da conformidade/Norma de produto	—	
CEN	EN 2.2.1748:2004 Vidro na construção — Produtos de base especiais — Vitrocerâmico — Parte 2-2: Avaliação da conformidade/Norma de produto	—	
CEN	EN 1806:2006 Chaminés — Tijolos cerâmicos para condutas de fumo de parede simples — Requisitos e métodos de ensaio	—	
CEN	EN 1825-1:2004 Separadores de gorduras — Parte 1: Princípios para a concepção, o desempenho e os ensaios, a marcação e o controlo da qualidade EN 1825-1:2004/AC:2006	—	
CEN	EN 1856-1:2003 Chaminés — Requisitos para chaminés metálicas — Parte 1: Componentes do sistema das chaminés EN 1856-1:2003/A1:2006	— Nota 3	Expirou (30.11.2006)
CEN	EN 1856-2:2004 Chaminés — Requisitos para chaminés metálicas — Parte 2: Tubagens e elementos de ligação metálicos	—	
CEN	EN 1857:2003 Chaminés — Componentes — Condutas interiores em betão EN 1857:2003/AC:2005 EN 1857:2003/AC:2007	—	
CEN	EN 1858:2003 Chaminés — Componentes — Condutas em betão de chaminés de parede simples	—	

OEN (*)	Referência e título da norma (Documento de referência)	Referência da norma revogada e substituída	Data da cessação da presunção de conformidade da norma revogada e substituída (Nota 1)
CEN	EN 1863-2:2004 Vidro na construção — Vidro de silicato sodo cálcico endurecido termicamente — Parte 2: Avaliação da conformidade/Norma de produto	—	
CEN	EN 1873:2005 Acessórios prefabricados para coberturas — Lanternins pontuais de plástico — Especificação do produto e métodos de ensaio.	—	
CEN	EN 1916:2002 Tubos e acessórios de betão não armado, betão com fibras de aço e betão armado EN 1916:2002/AC:2006	—	
CEN	EN 1917:2002 Câmaras de visita e câmaras de ramal de betão não armado, betão com fibras de aço e betão armado. EN 1917:2002/AC:2006	—	
CEN	EN 1935:2002 Acessórios e ferragens — Dobradiças de eixo simples — Requisitos e métodos de ensaio EN 1935:2002/AC:2003	—	
CEN	EN 10025-1:2004 Produtos laminados a quente de aços de construção não ligados — Parte 1: Condições técnicas gerais de fornecimento	—	
CEN	EN 10210-1:2006 Perfis ocos acabados a quente de aços de construção não ligados e de grão fino — Parte 1: Condições técnicas de fornecimento	—	
CEN	EN 10219-1:2006 Perfis ocos soldados e enformados a frio de aços de construção não ligados e de grão fino — Parte 1: Condições técnicas de fornecimento	—	
CEN	EN 10224:2002 Tubos e acessórios de aço não ligado para o transporte de líquidos aquosos, incluindo água destinada ao consumo humano — Condições técnicas de fornecimento EN 10224:2002/A1:2005	Nota 3	Expirou (31.12.2005)
CEN	EN 10311:2005 Juntas para ligação de tubos de aço e acessórios para condução de água e outros líquidos	—	
CEN	EN 10312:2002 Tubos soldados de aço inoxidável para o transporte de líquidos aquosos, incluindo água destinada ao consumo humano — Condições técnicas de fornecimento EN 10312:2002/A1:2005	Nota 3	Expirou (31.12.2005)
CEN	EN 12004:2007 Colas para ladrilhos — Requisitos, avaliação da conformidade, classificação e designação	EN 12004:2001	31.5.2009

OEN ⁽¹⁾	Referência e título da norma (Documento de referência)	Referência da norma revogada e substituída	Data da cessação da presunção de conformidade da norma revogada e substi- tuída (Nota 1)
CEN	EN 12050-1:2001 Estações elevatórias de águas residuais para edifícios e terrenos — Princípios construtivos e de ensaio — Parte 1: Estações elevatórias para águas residuais contendo matérias fecais	—	
CEN	EN 12050-2:2000 Estações elevatórias de águas residuais para edifícios e terrenos — Princípios construtivos e de ensaio — Parte 2: Estações elevatórias para águas residuais isentas de matérias fecais	—	
CEN	EN 12050-3:2000 Estações elevatórias de águas residuais para edifícios e terrenos — Princípios construtivos e de ensaio — Parte 3: Estações elevatórias com aplicação limitada para águas residuais contendo matérias fecais	—	
CEN	EN 12050-4:2000 Estações elevatórias de águas residuais para edifícios e terrenos — Princípios construtivos e de ensaio — Parte 4: Válvulas anti-retorno para águas residuais contendo matérias fecais e para águas residuais isentas de matérias fecais	—	
CEN	EN 12057:2004 Pedra natural — Ladrilhos modulares — Requisitos	—	
CEN	EN 12058:2004 Pedra natural — Placas para pavimentos e degraus — Requisitos	—	
CEN	EN 12094-1:2003 Sistemas fixos de combate a incêndios — Elementos constituintes para sistemas de extinção por gás — Parte 1: Requisitos e métodos de ensaio para dispositivos de controlo automático eléctrico e de retardo	—	
CEN	EN 12094-2:2003 Sistemas fixos de combate a incêndios — Elementos constituintes para sistemas de extinção por gás — Parte 2: Requisitos e métodos de ensaio para dispositivos para controlo automático não eléctrico e de retardo	—	
CEN	EN 12094-3:2003 Sistemas fixos de combate a incêndios — Elementos constituintes para sistemas de extinção por gás — Parte 3: Requisitos e métodos de ensaio para dispositivos de paragem e de disparo manual	—	
CEN	EN 12094-4:2004 Sistemas fixos de combate a incêndio — Órgãos constituintes das instalações de CO ₂ — Parte 4: Prescrições e métodos de ensaio das válvulas dos reservatórios de alta pressão e seus accionamentos	—	
CEN	EN 12094-5:2006 Sistemas fixos de combate a incêndios — Elementos constituintes para sistemas de extinção por gás — Parte 5: Requisitos e métodos de ensaio para válvulas direccionais de alta e baixa pressão e respectivos actuadores	EN 12094-5:2000	30.4.2009
CEN	EN 12094-6:2006 Sistemas fixos de combate a incêndios — Elementos constituintes para sistemas de extinção por gás — Parte 6: Requisitos e métodos de ensaio para dispositivos não eléctricos de desactivação	EN 12094-6:2000	30.4.2009

OEN (1)	Referência e título da norma (Documento de referência)	Referência da norma revogada e substituída	Data da cessação da presunção de conformidade da norma revogada e substituída (Nota 1)
CEN	EN 12094-7:2000 Sistemas fixos de combate a incêndio — Órgãos constituintes das instalações de CO2 — Parte 7: Prescrições e métodos de ensaio para difusores	—	
	EN 12094-7:2000/A1:2005		
CEN	EN 12094-8:2006 Sistemas fixos de combate a incêndios — Elementos constituintes para sistemas de extinção por gás — Parte 8: Requisitos e métodos de ensaio para ligações	—	
CEN	EN 12094-9:2003 Sistemas fixos de combate a incêndios — Elementos constituintes para sistemas de extinção por gás — Parte 9: Requisitos e métodos de ensaio para detectores de incêndio especiais	—	
CEN	EN 12094-10:2003 Sistemas fixos de combate a incêndios — Elementos constituintes para sistemas de extinção por gás — Parte 10: Requisitos e métodos de ensaio para manómetros e pressostatos	—	
CEN	EN 12094-11:2003 Sistemas fixos de combate a incêndios — Elementos constituintes para sistemas de extinção por gás — Parte 11: Requisitos e métodos de ensaio para dispositivos de pesagem mecânica	—	
CEN	EN 12094-12:2003 Sistemas fixos de combate a incêndios — Elementos constituintes para sistemas de extinção por gás — Parte 12: Requisitos e métodos de ensaio para dispositivos de alarme pneumático	—	
CEN	EN 12094-13:2001 Sistemas fixos de extinção de incêndios — Componentes para instalações de extinção a gás — Parte 13: Requisitos essenciais para válvulas anti-retorno	—	
CEN	EN 12101-1:2005 Sistemas de controlo de fumos e de calor — Parte 1: Especificações para cortinas de fumo	—	
	EN 12101-1:2005/A1:2006	Nota 3	31.12.2007
CEN	EN 12101-2:2003 Sistemas de controlo de fumos e de calor — Parte 2: Especificação para fumo natural e ventiladores para extracção de calor	—	
CEN	EN 12101-3:2002 Sistemas para controlo de fumos e de calor — Parte 3: Especificações para os ventiladores extractores de fumos e de calor	—	
	EN 12101-3:2002/AC:2005		
CEN	EN 12101-6:2005 Sistemas de controlo de fumos e calor — Parte 6: Especificações para os sistemas de diferencial de pressão — Conjuntos	—	
	EN 12101-6:2005/AC:2006		

OEN ⁽¹⁾	Referência e título da norma (Documento de referência)	Referência da norma revogada e substituída	Data da cessação da presunção de conformidade da norma revogada e substituída (Nota 1)
CEN	EN 12101-10:2005 Sistemas de controlo de fumo e calor — Parte 10: Fornecimentos de energia EN 12101-10:2005/AC:2007	—	
CEN	EN 12150-2:2004 Vidro na construção — Vidro de segurança de silicato sodo cálcico temperado termicamente — Parte 2: Avaliação da conformidade/Norma de produto	—	
CEN	EN 12209:2003 Ferragens — Fechos e testas mecânicos — Fechos operados mecanicamente, testas e fechos de chapa — Requisitos e métodos de ensaio EN 12209:2003/AC:2005	—	
CEN	EN 12259-1:1999 + A1:2001 Sistemas fixos de combate a incêndios — Componentes para sistemas sprinkler e de pulverização de água — Parte 1: Sprinklers EN 12259-1:1999 + A1:2001/A2:2004 EN 12259-1:1999 + A1:2001/A3:2006	— Nota 3 Nota 3	 Expirou (28.2.2006) Expirou (31.8.2006)
CEN	EN 12259-2:1999 Sistemas fixos de combate a incêndios — Componentes para sistemas sprinkler e de pulverização de água — Parte 2: Conjunto de válvulas de alarme húmidas EN 12259-2:1999/A1:2001 EN 12259-2:1999/A2:2005 EN 12259-2:1999/AC:2002	— Nota 3	 Expirou (31.8.2007)
CEN	EN 12259-3:2000 Sistemas fixos de combate a incêndio — Componentes para sprinkler e sistemas de pulverização de água — Parte 3: Conjunto de válvulas de alarme secas EN 12259-3:2000/A1:2001 EN 12259-3:2000/A2:2005	— Nota 3	 Expirou (31.8.2007)
CEN	EN 12259-4:2000 Sistemas fixos de combate a incêndio — Componentes para sprinkler e sistemas de pulverização de água — Parte 4: Alarmes de motor de água EN 12259-4:2000/A1:2001	—	
CEN	EN 12259-5:2002 Sistemas fixos de combate a incêndios — Componentes para sistemas sprinkler e de pulverização de água — Parte 5: Detectores de débito hidráulico	—	
CEN	EN 12271:2006 Revestimentos superficiais — Requisitos	—	

OEN (*)	Referência e título da norma (Documento de referência)	Referência da norma revogada e substituída	Data da cessação da presunção de conformidade da norma revogada e substituída (Nota 1)
CEN	EN 13055-1:2002 Agregados leves — Parte 1: Agregados leves para betão, argamassas e caldas de injeção	—	
CEN	EN 13055-2:2004 Agregados leves — Parte 2: Agregados leves para misturas betuminosas e tratamentos superficiais e para aplicações em camadas de materiais não ligados ou ligados	—	
CEN	EN 13063-1:2005+A1:2007 Chaminés — Sistemas de chaminés com conduta interior em terracota/cerâmica — Parte 1: Requisitos e métodos de ensaio para determinação da resistência ao fogo de chaminé	EN 13063-1:2005	30.4.2009
CEN	EN 13063-2:2005+A1:2007 Chaminés — Sistemas de chaminés com conduta interior em terracota/cerâmica — Parte 2: Requisitos e métodos de ensaio em condições de humidade	EN 13063-2:2005	30.4.2009
CEN	EN 13063-3:2007 Chaminés — Sistemas de chaminés com conduta interior em terracota/cerâmica — Parte 3: Requisitos e métodos de ensaio para sistemas de chaminés com mistura de ar	—	
CEN	EN 13069:2005 Chaminés — Paredes externas cerâmicas para sistemas de chaminés — Requisitos e métodos de ensaio	—	
CEN	EN 13084-5:2005 Chaminés industriais independentes — Parte 5: Materiais para paredes interiores em cerâmica — Especificação do produto EN 13084-5:2005/AC:2006	—	
CEN	EN 13084-7:2005 Chaminés industriais autónomas — Parte 7: Especificações de produto na fabricação de cilindros de aço para utilização em chaminés de parede de aço simples e condutas de aço	—	
CEN	EN 13101:2002 Degraus para câmaras de visita — Requisitos, marcação, ensaios e avaliação da conformidade	—	
CEN	EN 13108-1:2006 Misturas betuminosas — Especificações de materiais — Parte 1: Misturas betuminosas densas	—	
CEN	EN 13108-2:2006 Misturas betuminosas — Especificações de materiais — Parte 2: Misturas betuminosas para camadas muito delgadas	—	
CEN	EN 13108-3:2006 Misturas betuminosas — Especificações de materiais — Parte 3: Misturas betuminosas moles	—	
CEN	EN 13108-4:2006 Misturas betuminosas — Especificações de materiais — Parte 4: Misturas betuminosas cilindradas a quente	—	
CEN	EN 13108-5:2006 Misturas betuminosas — Especificações de materiais- Parte 5: Mastiques betuminosos pétreos	—	

OEN ⁽¹⁾	Referência e título da norma (Documento de referência)	Referência da norma revogada e substituída	Data da cessação da presunção de conformidade da norma revogada e substi- tuída (Nota 1)
CEN	EN 13108-6:2006 Misturas betuminosas — Especificações de materiais — Parte 6: Mastique betumi- noso	—	
CEN	EN 13108-7:2006 Misturas betuminosas — Especificações de materiais — Parte 7: Betão betumi- noso drenante	—	
CEN	EN 13139:2002 Agregados para argamassa	—	
CEN	EN 13160-1:2003 Sistemas de detecção de fugas — Parte 1: Princípios gerais	—	
CEN	EN 13162:2001 Produtos de isolamento térmico para aplicação em edifícios — Produtos manu- facturados em lã mineral (MW) — Especificação EN 13162:2001/AC:2005	—	
CEN	EN 13163:2001 Produtos de isolamento térmico para aplicação em edifícios — Produtos manu- facturados em poliestireno expandido (EPS) — Especificação EN 13163:2001/AC:2005	—	
CEN	EN 13164:2001 Produtos de isolamento térmico para aplicação em edifícios — Produtos manu- facturados em poliestireno extrudido (XPS) — Especificação EN 13164:2001/A1:2004 EN 13164:2001/AC:2005	— Nota 3	Expirou (30.11.2004)
CEN	EN 13165:2001 Produtos de isolamento térmico para aplicação em edifícios — Produtos manu- facturados em espuma rígida de poliuretano (PUR) — Especificação EN 13165:2001/A1:2004 EN 13165:2001/A2:2004 EN 13165:2001/AC:2005	— Nota 3 Nota 3	Expirou (30.11.2004) Expirou (31.5.2005)
CEN	EN 13166:2001 Produtos de isolamento térmico para aplicação em edifícios — Produtos manu- facturados em espuma fenólica (PF). Especificação EN 13166:2001/A1:2004 EN 13166:2001/AC:2005	— Nota 3	Expirou (30.11.2004)
CEN	EN 13167:2001 Produtos de isolamento térmico para aplicação em edifícios — Produtos manu- facturados em vidro celular (CG) — Especificação EN 13167:2001/A1:2004 EN 13167:2001/AC:2005	— Nota 3	Expirou (30.11.2004)

OEN (1)	Referência e título da norma (Documento de referência)	Referência da norma revogada e substituída	Data da cessação da presunção de conformidade da norma revogada e substituída (Nota 1)
CEN	EN 13168:2001 Produtos de isolamento térmico para aplicação em edifícios — Produtos manufacturados em lã de madeira (WW) — Especificação	—	
	EN 13168:2001/A1:2004	Nota 3	Expirou (30.11.2004)
	EN 13168:2001/AC:2005		
CEN	EN 13169:2001 Produtos de isolamento térmico para aplicação em edifícios — Produtos manufacturados em perlite expandida (EPB) — Especificação	—	
	EN 13169:2001/A1:2004	Nota 3	Expirou (30.11.2004)
	EN 13169:2001/AC:2005		
CEN	EN 13170:2001 Produtos de isolamento térmico para aplicação em edifícios — Produtos manufacturados de cortiça expandida (ICB) — Especificação	—	
	EN 13170:2001/AC:2005		
CEN	EN 13171:2001 Produtos de isolamento térmico para aplicação em edifícios — Produtos manufacturados de fibras de madeira (WF) — Especificação	—	
	EN 13171:2001/A1:2004	Nota 3	Expirou (30.11.2004)
	EN 13171:2001/AC:2005		
CEN	EN 13224:2004+A1:2007 Produtos prefabricados de betão — Elementos para pavimentos nervurados	EN 13224:2004	31.12.2007
CEN	EN 13225:2004 Produtos prefabricados de betão — Elementos estruturais lineares	—	
	EN 13225:2004/AC:2006		
CEN	EN 13229:2001 Aparelhos de encastrar incluindolareiras que utilizam combustíveis sólidos — Requisitos e métodos de ensaio	—	
	EN 13229:2001/A1:2003		
	EN 13229:2001/A2:2004		
	EN 13229:2001/A2:2004/AC:2006		
	EN 13229:2001/AC:2006		
	EN 13229:2001/A2:2004/AC:2007		
CEN	EN 13240:2001 Aquecedores de ambiente que utilizam combustíveis sólidos — Requisitos e métodos de ensaio	—	
	EN 13240:2001/A2:2004		
	EN 13240:2001/AC:2006		
	EN 13240:2001/A2:2004/AC:2006		
	EN 13240:2001/A2:2004/AC:2007		
CEN	EN 13241-1:2003 Portões industriais e de garagem — Norma de produto — Parte 1: Produtos sem características corta-fogo ou pára-chamas	—	

OEN (1)	Referência e título da norma (Documento de referência)	Referência da norma revogada e substituída	Data da cessação da presunção de conformidade da norma revogada e substituída (Nota 1)
CEN	EN 13242:2002 Agregados para materiais não ligados ou tratados com ligantes hidráulicos utilizados em trabalhos de engenharia civil e na construção rodoviária	—	
	EN 13242:2002/AC:2004		
CEN	EN 13249:2000 Geotêxteis e produtos relacionados — Características requeridas para uso na construção de estradas e outras áreas de tráfego (excluindo auto-estradas e inclusão de asfalto)	—	
	EN 13249:2000/A1:2005	Nota 3	Expirou (31.7.2005)
CEN	EN 13250:2000 Geotêxteis e produtos relacionados — Características requeridas para uso na construção de auto-estradas	—	
	EN 13250:2000/A1:2005	Nota 3	Expirou (31.7.2005)
CEN	EN 13251:2000 Geotêxteis e produtos relacionados — Características requeridas para uso em trabalhos na terra, fundações e estruturas de retenção	—	
	EN 13251:2000/A1:2005	Nota 3	Expirou (31.7.2005)
CEN	EN 13252:2000 Geotêxteis e produtos relacionados — Características requeridas para uso em sistemas de drenagem	—	
	EN 13252:2000/A1:2005	Nota 3	Expirou (31.7.2005)
CEN	EN 13253:2000 Geotêxteis e produtos relacionados — Características requeridas para uso em trabalhos de controlo da erosão (protecção costeira, revestimento da margem)	—	
	EN 13253:2000/A1:2005	Nota 3	Expirou (31.7.2005)
CEN	EN 13254:2000 Geotêxteis e produtos relacionados — Características requeridas para uso na construção de reservatórios e barragens	—	
	EN 13254:2000/A1:2005	Nota 3	Expirou (31.7.2005)
	EN 13254:2000/AC:2003		
CEN	EN 13255:2000 Geotêxteis e produtos relacionados — Características requeridas para uso na construção de canais	—	
	EN 13255:2000/A1:2005	Nota 3	Expirou (31.7.2005)
	EN 13255:2000/AC:2003		

OEN (*)	Referência e título da norma (Documento de referência)	Referência da norma revogada e substituída	Data da cessação da presunção de conformidade da norma revogada e substituída (Nota 1)
CEN	EN 13256:2000 Geotêxteis e produtos relacionados — Características requeridas para uso na construção de túneis e estruturas subterrâneas	—	
	EN 13256:2000/A1:2005 EN 13256:2000/AC:2003	Nota 3	Expirou (31.7.2005)
CEN	EN 13257:2000 Geotêxteis e produtos relacionados — Características requeridas para uso em arrumações de resíduos sólidos EN 13257:2000/A1:2005 EN 13257:2000/AC:2003	— Nota 3	 Expirou (31.7.2005)
CEN	EN 13263-1:2005 Sílica de fumo para betão — Parte 1: Definições, requisitos e critérios de conformidade	—	
CEN	EN 13265:2000 Geotêxteis e produtos relacionados — Características requeridas para uso em projectos de contenção de resíduos líquidos EN 13265:2000/A1:2005 EN 13265:2000/AC:2003	— Nota 3	 Expirou (31.7.2005)
CEN	EN 13279-1:2005 Gesso e produtos à base de gesso para a construção — Parte 1: Definições e requisitos.	—	
CEN	EN 13310:2003 Lava-louças — Requisitos funcionais e métodos de ensaio	—	
CEN	EN 13341:2005 Reservatórios termoplásticos estáticos para armazenagem acima do solo de óleos de aquecimento doméstico, querosene e combustíveis de motores diesel — Moldado de sopro em polietileno, moldado rotacional em polietileno e poliamida 6 por reservatórios de pol	—	
CEN	EN 13361:2004 Barreiras geossintéticas — Características requeridas para o uso na construção de reservatórios e barragens EN 13361:2004/A1:2006	— Nota 3	 Expirou (28.2.2007)
CEN	EN 13362:2005 Barreiras geossintéticas — Características requeridas para uso na construção de canais	—	
CEN	EN 13383-1:2002 Enrocamentos — Parte 1: Especificações	—	
CEN	EN 13407:2006 Urinois de parede — Requisitos funcionais e métodos de ensaio	—	
CEN	EN 13450:2002 Agregados para balastros de vias férreas EN 13450:2002/AC:2004	—	

OEN (1)	Referência e título da norma (Documento de referência)	Referência da norma revogada e substituída	Data da cessação da presunção de conformidade da norma revogada e substituída (Nota 1)
CEN	EN 13454-1:2004 Ligantes, ligantes compostos e misturas feitas em fábrica à base de sulfato de cálcio para revestimentos contínuos de pavimentos — Parte 1: Definições e requisitos.	—	
CEN	EN 13479:2004 Consumíveis de soldadura — Norma geral de produto para metal de adição e fluxos para soldadura por fusão de materiais metálicos	—	
CEN	EN 13491:2004 Barreiras geossintéticas — Características requeridas para uso como barreira fluida na construção de túneis e estruturas no subsolo EN 13491:2004/A1:2006	— Nota 3	 Expirou (28.2.2007)
CEN	EN 13492:2004 Barreiras geossintéticas — Características requeridas para uso na construção de locais de colocação de desperdícios líquidos, estações de transferência ou contenção secundária EN 13492:2004/A1:2006	— Nota 3	 Expirou (28.2.2007)
CEN	EN 13493:2005 Barreiras geossintéticas — Características requeridas para uso na construção de armazéns de resíduos sólidos e locais de eliminação	—	
CEN	EN 13502:2002 Chaminés — Requisitos e métodos de ensaio para terminais de condutas de chaminés em argila/cerâmica	—	
CEN	EN 13561:2004 Estores exteriores — Requisitos incluindo os de segurança	—	
CEN	EN 13564-1:2002 Válvulas anti-retorno para edifícios — Parte 1: Requisitos	—	
CEN	EN 13565-1:2003 Instalações fixas de combate a incêndio — Instalações espumíferas — Parte 1: Requisitos e métodos de ensaio para componentes	—	
CEN	EN 13616:2004 Dispositivos de prevenção de transbordo para reservatórios estáticos para combustíveis líquidos de petróleo EN 13616:2004/AC:2006	—	
CEN	EN 13658-1:2005 Rebordos e caleiras metálicas — Definições, requisitos e métodos de ensaio — Parte 1 : Revestimentos interiores	—	
CEN	EN 13658-2:2005 Rebordos e caleiras metálicas — Definições, requisitos e métodos de ensaio — Parte 2 : Revestimentos exteriores	—	
CEN	EN 13659:2004 Cerramento de vãos—Requisitos incluindo os de segurança	—	

OEN ⁽¹⁾	Referência e título da norma (Documento de referência)	Referência da norma revogada e substituída	Data da cessação da presunção de conformidade da norma revogada e substituída (Nota 1)
CEN	EN 13693:2004 Produtos prefabricados de betão — Elementos especiais para coberturas	—	
CEN	EN 13707:2004 Membranas de impermeabilização flexíveis — Membranas betuminosas armadas para impermeabilização de coberturas — Definições e características EN 13707:2004/A1:2006	— Nota 3	 Expirou (31.5.2007)
CEN	EN 13747:2005 Produtos prefabricados em betão — Prelajes EN 13747:2005/AC:2006	—	
CEN	EN 13748-1:2004 Mosaico hidráulico — Parte 1: Mosaico hidráulico para utilização em interiores EN 13748-1:2004/A1:2005 EN 13748-1:2004/AC:2005	— Nota 3	 Expirou (31.12.2005)
CEN	EN 13748-2:2004 Ladrilhos hidráulicos — Parte 2: Ladrilhos hidráulicos para uso exterior	—	
CEN	EN 13813:2002 Revestimentos contínuos para pavimentos — Materiais — Especificações e requisitos	—	
CEN	EN 13815:2006 Produtos de estafe — Definições, requisitos e métodos de ensaio	—	
CEN	EN 13830:2003 Fachadas cortina — Norma de produto	—	
CEN	EN 13859-1:2005 Membranas de impermeabilização flexíveis — Definições e características de barreiras sob revestimentos de coberturas inclinadas — Parte 1: Barreiras para coberturas com elementos descontínuos	—	
CEN	EN 13859-2:2004 Membranas de impermeabilização flexíveis — Definições e características de barreiras flexíveis colocadas sob paredes — Parte 2: Barreiras flexíveis para paredes	—	
CEN	EN 13877-3:2004 Pavimentos de betão — Parte 3: Especificações relativas a varões de transferência de carga para utilização em pavimentos de betão	—	
CEN	EN 13915:2007 Painéis divisórios prefabricados em placas de gesso de alma celular em cartão — Definições, requisitos e métodos de ensaio	—	
CEN	EN 13950:2005 Painéis compostos de placas de gesso para isolamento térmico/acústico — Definições, requisitos e métodos de ensaio	—	
CEN	EN 13956:2005 Membranas de impermeabilização flexíveis — Membranas de plástico e de borracha para impermeabilização de coberturas — Definições e características EN 13956:2005/AC:2006	—	

OEN (1)	Referência e título da norma (Documento de referência)	Referência da norma revogada e substituída	Data da cessação da presunção de conformidade da norma revogada e substituída (Nota 1)
CEN	EN 13963:2005 Materiais de vedação para placas de gesso — Definições, requisitos e métodos de ensaio EN 13963:2005/AC:2006	—	
CEN	EN 13964:2004 Tectos suspensos — Requisitos e métodos de ensaio EN 13964:2004/A1:2006	— Nota 3	 31.8.2008
CEN	EN 13967:2004 Membranas de impermeabilização flexíveis — Membranas de plástico e de borracha contra a ascensão capilar de água do terreno — Definições e características EN 13967:2004/A1:2006	— Nota 3	 Expirou (31.5.2007)
CEN	EN 13969:2004 Membranas de impermeabilização flexíveis — Membranas betuminosas contra a ascensão capilar de água do terreno — Definições e características EN 13969:2004/A1:2006	— Nota 3	 Expirou (31.5.2007)
CEN	EN 13970:2004 Membranas de impermeabilização flexíveis — Membranas betuminosas usadas como barreiras ao vapor — Definições e características EN 13970:2004/A1:2006	— Nota 3	 Expirou (31.5.2007)
CEN	EN 13978-1:2005 Produtos prefabricados de betão — Garagens prefabricadas de betão — Parte 1: Requisitos para garagens de betão armado monolíticas ou compostas por elementos individuais com a dimensão de uma garagem	—	
CEN	EN 13984:2004 Membranas de impermeabilização flexíveis — Membranas de plástico e de borracha usadas como barreiras ao vapor — Definições e características EN 13984:2004/A1:2006	— Nota 3	 Expirou (31.5.2007)
CEN	EN 13986:2004 Painéis à base de madeira para uso na construção — Características, avaliação da conformidade e marcação	EN 13986:2002	Expirou (30.4.2005)
CEN	EN 14016-1:2004 Ligantes para revestimentos à base de magnésia — Magnésia cáustica e cloreto de magnésio — Parte 1: Definições, requisitos	—	
CEN	EN 14037-1:2003 Painéis radiantes para montagem em tectos alimentados a água a temperatura inferior a 120 °C — Parte 1: Especificações técnicas e requisitos	—	
CEN	EN 14041:2004 Revestimentos de piso resilientes, têxteis e laminados — Características essenciais EN 14041:2004/AC:2006	—	
CEN	EN 14063-1:2004 Produtos de isolamento térmico para construção — Isolamento térmico fabricado in-situ à base de granulados leves de argila expandida — Parte 1: Especificação do produto a granel antes de colocação em obra EN 14063-1:2004/AC:2006	—	

produtos que têm o
os for obsolescência de marcação CE

OEN (1)	Referência e título da norma (Documento de referência)	Referência da norma revogada e substituída	Data da cessação da presunção de conformidade da norma revogada e substituída (Nota 1)
CEN	EN 14080:2005 Estruturas de madeira — Madeira lamelada colada — Requisitos	—	
CEN	EN 14081-1:2005 Estruturas de madeira — Madeira com secção rectangular classificada segundo a resistência — Parte 1: Requisitos gerais	—	
CEN	EN 14178-2:2004 Vidro na construção — Produtos de base de vidro de silicatos alcalino terrosos — Parte 2: Avaliação da conformidade/Norma de produtos	—	
CEN	EN 14179-2:2005 Vidro na construção — Vidro de segurança de silicato sodo cálcico temperado e recozido (Heat soak) — Parte 2: Avaliação da conformidade/Norma de produto	—	
CEN	EN 14188-1:2004 Selantes e fileres para juntas — Parte 1: Especificações para produtos aplicados a quente	—	
CEN	EN 14188-2:2004 Selantes e fileres para juntas — Parte 2: Especificações para produtos aplicados a frio	—	
CEN	EN 14188-3:2006 Selantes e fileres para juntas — Parte 3: Especificações para produtos pré-moldados	—	
CEN	EN 14190:2005 Produtos de transformação secundária de placas de gesso — Definições, requisitos e métodos de ensaio	—	
CEN	EN 14195:2005 Elementos de armação metálica para sistemas em placas de gesso — Definições, requisitos e métodos de ensaio EN 14195:2005/AC:2006	—	
CEN	EN 14209:2005 Cornijas preformadas de gesso — Definições, requisitos e métodos de ensaio	—	
CEN	EN 14216:2004 Cimento — Composição, especificações e critérios de conformidade dos cimentos especiais de muito baixo calor de hidratação	—	
CEN	EN 14246:2006 Elementos de gesso para tectos suspensos — Definições, requisitos e métodos de ensaio EN 14246:2006/AC:2007	—	
CEN	EN 14250:2004 Estruturas de Madeira — Requisitos relativos a produtos para asnas	—	
CEN	EN 14296:2005 Aplicações sanitárias — Lavabos colectivos	—	
CEN	EN 14316-1:2004 Produtos de isolamento térmico para construção — Isolamento térmico fabricado in-situ à base de granulados leves de perlite expandida (EP) — Parte 1: Especificação do produto ligado e do produto a granel antes da colocação em obra	—	

OEN (1)	Referência e título da norma (Documento de referência)	Referência da norma revogada e substituída	Data da cessação da presunção de conformidade da norma revogada e substituída (Nota 1)
CEN	EN 14317-1:2004 Produtos de isolamento térmico para construção — Isolamento térmico fabricado in-situ à base de granulados leves de vermiculite esfoliada (EV) Parte 1: Especificação do produto ligado e do produto a granel antes de colocação em obra	—	
CEN	EN 14321-2:2005 Vidro na construção — Vidro de segurança alcalino terroso temperado termicamente — Parte 2: Avaliação da conformidade/Norma de produto	—	
CEN	EN 14339:2005 Hidrante enterrado	—	
CEN	EN 14342:2005 Pavimentos de madeira — Características, avaliação da conformidade e marcação EN 14342:2005/AC:2007	—	
CEN	EN 14351-1:2006 Portas (conjunto de porta e aro) pedonais e janelas — Norma de produto, características de desempenho — Parte 1: Portas pedonais externas e janelas sem características de confinamento ao fogo ou ao fumo	—	
CEN	EN 14374:2004 Estruturas de madeiraMadeira micro lamelada-colada Requisitos	—	
CEN	EN 14384:2005 Hidrantes	—	
CEN	EN 14388:2005 Dispositivos de redução do ruído de tráfego rodoviário — Especificações	—	
CEN	EN 14396:2004 Escadas fixas para câmaras de visita	—	
CEN	EN 14399-1:2005 Elementos de ligação roscados de construção de alta resistência aptos a pré-esforço — Parte 1: Requisitos gerais	—	
CEN	EN 14411:2006 Pavimentos e revestimentos cerâmicos — Definições, classificação, características e marcação	EN 14411:2003	Expirou (30.6.2007)
CEN	EN 14428:2004 Cabinas de chuveiro — Requisitos funcionais e métodos de ensaio	—	
CEN	EN 14449:2005 Vidro na construção — Vidro laminado e vidro laminado de segurança — Avaliação da conformidade/Norma de produto EN 14449:2005/AC:2005	—	
CEN	EN 14471:2005 Chaminés — Sistemas de chaminés com conduta interna em plástico — Requisitos e métodos de ensaio	—	
CEN	EN 14496:2005 Colas à base de gesso para painéis compostos e placas para isolamento térmico/acústico — Definições, requisitos e métodos de ensaio.	—	

OEN ⁽¹⁾	Referência e título da norma (Documento de referência)	Referência da norma revogada e substituída	Data da cessação da presunção de conformidade da norma revogada e substituída (Nota 1)
CEN	EN 14528:2007 Bidés — Requisitos funcionais e métodos de ensaio	EN 14528:2005	31.1.2009
CEN	EN 14604:2005 Detectores autónomos de fumo	—	
CEN	EN 14647:2005 Cimento de aluminato de cálcio — Composição, especificações e critérios de conformidade EN 14647:2005/AC:2006	—	
CEN	EN 14680:2006 Colas para sistemas de tubagens termoplásticas sem pressão — Especificações	—	
CEN	EN 14688:2006 Aplicações sanitárias — Lavabos — Requisitos funcionais e métodos de ensaio	—	
CEN	EN 14716:2004 Tectos falsos tensionados — Requisitos e métodos de ensaio	—	
CEN	EN 14782:2006 Chapas metálicas autoportantes para coberturas, revestimentos exteriores e interiores de paredes.	—	
CEN	EN 14783:2006 Placas metálicas totalmente apoiadas para cobertura de telhados, revestimento de fachadas exteriores e de paredes interiores — Especificação de produto e requisitos	—	
CEN	EN 14800:2007 Tubos flexíveis metálicos ondulados de segurança para a ligação de aparelhos domésticos que utilizam combustíveis gasosos	—	
CEN	EN 14814:2007 Colas para sistemas de tubagens termo plásticas para fluidos sob pressão — Especificações	—	
CEN	EN 14843:2007 Produtos prefabricados de betão — Escadas	—	
CEN	EN 14844:2006 Produtos prefabricados de betão — Caixas fechadas enterradas	—	
CEN	EN 14889-1:2006 Fibras para betão — Parte 1: Fibras de aço — Definições, especificações e conformidade	—	
CEN	EN 14889-2:2006 Fibras para betão — Parte 2: Fibras poliméricas — Definições, especificações e conformidade	—	
CEN	EN 14904:2006 Pavimentos desportivos — Pavimentos interiores para multi-desportos — Especificações	—	
CEN	EN 14909:2006 Membranas de impermeabilização flexíveis — Bandas estanques de plástico e de borracha contra a ascensão capilar em paredes — Definições e características	—	

OEN ⁽¹⁾	Referência e título da norma (Documento de referência)	Referência da norma revogada e substituída	Data da cessação da presunção de conformidade da norma revogada e substituída (Nota 1)
CEN	EN 14915:2006 Lambris e painéis em madeira — Características, avaliação da conformidade e marcação	—	
	EN 14915:2006/AC:2007		
CEN	EN 14933:2007 Enchimento leve e produtos de isolamento para as aplicações de engenharia civil — Produtos manufacturados em poliestireno expandido (EPS) — Especificação	—	
CEN	EN 14934:2007 Produtos de isolamento térmico e produtos leves de enchimento para aplicações em engenharia civil — Produtos prefabricados de poliestireno expandido extrudido (XPS) — Especificação	—	
CEN	EN 14964:2006 Produtos de cobertura para assentamento descontinuo e produtos de revestimento — Forros rígidos de telhado — Definições e características	—	
CEN	EN 14967:2006 Membranas de impermeabilização flexíveis — Bandas betuminosas contra a ascensão capilar — Definições e características	—	
CEN	EN 14989-1:2007 Chaminés — Requisitos e métodos de ensaio para chaminés metálicas e condutas de condução de ar para todos os materiais para aplicações de aquecimento estanques — Parte 1: Terminais verticais para aparelhos tipo C6	—	
CEN	EN 14991:2007 Produtos prefabricados de betão — Elementos de fundações	—	
CEN	EN 14992:2007 Produtos prefabricados em betão — Elementos de parede — Propriedades e desempenho dos produtos	—	
CEN	EN 15048-1:2007 Elementos de ligações roscados de construção não pré-esforçados — Parte 1: Requisitos gerais	—	
CEN	EN 15050:2007 Produtos prefabricados de betão — Elementos para pontes	—	
CEN	EN 15088:2005 Alumínio e ligas de alumínio — Produtos estruturais para trabalhos de construção — Condições técnicas de inspecção e de fornecimento	—	
CEN	EN 15167-1:2006 Escória granulada de alto forno moída para betão, argamassa e caldas de injeção — Parte 1: Definições, especificações e critérios de conformidade	—	
CEN	EN 15250:2007 Aparelhos domésticos de aquecimento com libertação lenta de calor que utilizam combustíveis sólidos — Requisitos e métodos de ensaio	—	

⁽¹⁾ ESO: Organismo Europeu de Normalização:

— CEN: rue de Stassart 36, B-1050 Brussels, Tel.(32-2) 550 08 11; fax (32-2) 550 08 19 (<http://www.cen.eu>)

— CENELEC: rue de Stassart 35, B-1050 Brussels, Tel.(32-2) 519 68 71; fax (32-2) 519 69 19 (<http://www.cenelec.org>)

— ETSI: 650, route des Lucioles, F-06921 Sophia Antipolis, Tel.(33) 492 94 42 00; fax (33) 493 65 47 16 (<http://www.etsi.org>)

- Nota 1** Em geral, a data de cessação da presunção de conformidade será a data de retirada («ddr»), definida pelo organismo Europeu de Normalização, mas chama-se a atenção dos utilizadores destas normas para o facto de que, em certas circunstâncias excepcionais, poderá não ser assim.
- Nota 3** No caso de emendas a normas, a norma aplicável é a EN CCCC:YYYY, respectivas emendas anteriores, caso existam, e a nova emenda mencionada. A norma anulada ou substituída (coluna 3) consistirá então da EN CCCC:YYYY e respectivas emendas anteriores, caso existam, mas sem a nova emenda mencionada. Na data referida, a norma anulada ou substituída deixará de conferir presunção de conformidade com os requisitos essenciais da directiva.

Aviso:

- Qualquer informação relativa à disponibilidade de normas pode ser obtida quer junto dos organismos europeus de normalização quer junto dos organismos nacionais de normalização que figuram na lista anexa à Directiva 98/34/CE do Parlamento Europeu e do Conselho ⁽¹⁾ modificada pela Directiva 98/48/CE ⁽²⁾.
- A publicação das referências das normas no *Jornal Oficial da União Europeia* não implica que elas estão disponíveis em todas as línguas comunitárias.
- Esta lista substitui todas as listas anteriores publicadas no *Jornal Oficial da União Europeia*. A Comissão assegura a actualização da presente lista.

Mais informação está disponível em:

<http://ec.europa.eu/enterprise/newapproach/standardization/harmstds/>

para ver a data de
validade ou cessação
↓
consegue-se ver o título em Português

⁽¹⁾ JO L 204 de 21.7.1998, p. 37.

⁽²⁾ JO L 217 de 5.8.1998, p. 18.

CORRECÇÃO TRABALHOS DE GRUPO

Exercício 1

Tendo em atenção o âmbito da Directiva dos Produtos da Construção (DPC) Identificar em Grupo 6 **produtos** com obrigatoriedade de marcação CE.

Encontram-se no âmbito da DPC "*Produtos da Construção*" todos os produtos destinados a ser incorporados ou aplicados, de forma permanente, nos empreendimentos de construção.

1- CIMENTOS – EN 197
2- GEOTÊXTEIS – EN 13251
3- AGREGADOS - EN 12620
4- VIDRO – EN 1279
5- TELHAS – EN 1304
6-TIJOLOS – EN 771

Exercício 2

Em grupo analisar o *Jornal Oficial da União Europeia* e hierarquizar **10 produtos** que considerados relevantes para o cumprimento dos requisitos essenciais da directiva 89/106 CEE com marcação CE obrigatória.

Salienta-se que os requisitos essenciais são:

- Resistência Mecânica e Estabilidade;
- Segurança Contra Incêndios;
- Higiene, Saúde e Ambiente;
- Segurança na utilização;
- Protecção contra o ruído,
- Economia de energia e retenção de calor.

1- EN 197-1: 2000 — 1.4.2001 1.4.2002~ Cimento — Parte 1: Composição, especificações e critérios de conformidade para cimentos correntes (1+)
2- EN 179: 1997 Acessórios e ferragens — Dispositivo anti-pânico para fecho de portas para saídas de emergência, accionadas por alavanca ou por barra de manobra — Especificações e métodos de ensaio.(1)
3- EN 671-1: 2001 — 1.2.2002 1.4.2004 Instalações fixas de combate a incêndio — Sistemas armados com mangueiras — Parte 1: Bocas de incêndio armadas com mangueiras semi-rígidas.(1)
4- EN 12094-1: 2003 — 1.2.2004 1.5.2006 Sistemas fixos de combate a incêndios — Elementos constituintes para sistemas de extinção por gás — Parte 1: Requisitos e métodos de ensaio para dispositivos de controlo automático eléctrico e de retardo .(1)
5- EN 12259-1: 1999 + A1: 2001 Sistemas fixos de combate a incêndios — Componentes para sistemas sprinkler e de pulverização de água — Parte 1: Sprinklers .(1)
6- EN 12416-1: 2001 — 1.1.2002 1.4.2004Instalações fixas de combate a incêndio — Sistemas de extinção por pó químico — Parte 1: Requisitos e métodos de ensaio de componentes .(1)
7- EN 1337-4: 2004 — 1.2.2005 1.2.2006 Dispositivos de apoio estruturais — Parte 4: Rolamentos. .(1)
8- EN 934-2: 2001 — 1.5.2002 1.5.2003 Adjuvantes para betão, argamassa e caldas de injeção — Parte 2:Adjuvantes para betão — Definições, requisitos, conformidade, marcação e rotulagem (2+)
9- EN 12620: 2002 — 1.7.2003 1.6.2004 Agregados para betão (2+)
10-EN 13254: 2000 — 1.10.2001 1.10.2002 Geotêxteis e produtos relacionados — Características requeridas para uso na construção de reservatórios e barragens (2+)

Exercício 3

Em Grupo analisar a definição de Sistema de controlo da Produção do D L 4/2007 e Norma Harmonizada EN 1469 – Produtos em pedra natural - Placas para revestimento de paredes – Requisitos.

Controlo interno de produção significa *“um controlo interno permanente da produção efectuada pelo fabricante. Todos os elementos, requisitos e disposições adoptados pelo fabricante serão sistematicamente documentados sob a forma de normas e procedimentos escritos. A documentação do sistema de controlo da produção deve assegurar uma compreensão comum das garantias de qualidade e permitir verificar a obtenção das características exigidas do produto e a funcionalidade efectiva do sistema de controlo da produção”*

EN 1469 – Produtos em pedra natural - Placas para revestimento de paredes – Requisitos.

6.1 Controlo da produção em fábrica

6.3.1 Deve ser estabelecido e documentado um sistema de controlo da produção em fábrica. O sistema de controlo da produção em fábrica (CPF) deve consistir em procedimentos de controlo interno da produção, devendo os resultados dos ensaios efectuados durante o CPF demonstrar que os produtos colocados no mercado são conformes com esta Norma e com os valores declarados pelo produtor, em conformidade com o disposto nas secções 4.1 e 4.2.

Nos casos em que o processamento da pedra seja susceptível de alterar as características do produto final relativamente ao material inicial (por exemplo, em consequência do tipo de processamento ou porque são utilizados produtos de reconstituição superficial, de preenchimento ou outros para colmatação de orifícios, falhas ou fracturas naturais e similares), essas circunstâncias têm de ser consideradas, no âmbito do CPF, como abrangidas por esta Norma.

6.3.2 O controlo interno deve consistir em verificações de inspecção e ensaios regulares e na utilização dos respectivos resultados para controlo das matérias-primas, do equipamento, do processo de produção e do produto final.

6.3.3 Os ensaios e as verificações de inspecção devem ser realizados em conformidade com o disposto no Quadro 4. Os resultados dos ensaios realizados durante o CPF devem demonstrar a conformidade com os requisitos declarados, de acordo com o disposto nas secções 4.1 e 4.2.

Quadro 4 — Frequência do controlo da produção em fábrica

Referência da secção a aplicar ^c	Características	Frequência do controlo	Métodos de ensaio de acordo com
4.1 4.2.3	Características geométricas Aspecto visual	Cada lote produzido ^a	EN 13373 Visual
4.2.4 4.2.6 e/ou 4.2.3	Resistência à flexão ^d Absorção de água ^d e/ou Massa volúmica aparente e porosidade aberta ^d	De acordo com o sistema de CPF, mas, pelo menos, cada 2 anos	EN 12372 ou EN 13161 EN 13755 e/ou EN 1936
4.2.2 4.2.5 4.2.7 4.2.8 4.2.10 4.2.11 4.2.12	Descrição petrográfica ^d Carga de ruptura ao nível do orifício de ancoragem ^d Comportamento ao fogo ^b Absorção de água por capilaridade ^d Resistência ao gelo ^d Resistência ao choque térmico ^d Permeabilidade ao vapor de água ^d	De acordo com o sistema de CPF, mas, pelo menos, cada 10 anos	EN 12407 EN 13364 EN 13501-1 EN 1925 EN 12371 EN 14066 EN 12524 e/ou EN ISO 12572
^a O volume ou quantidade de um lote de produção devem ser determinados pelo produtor tendo em consideração a quantidade diária produzida e o número de remessas referente a essa quantidade de placas. ^b Apenas quando for necessário realizar o ensaio. ^c Deve ser feita referência a estas secções a fim de esclarecer que ensaios é necessário declarar. ^d Quando os ensaios realizados no material inicial forem requeridos para o produto final, o produtor poderá reportar-se aos respectivos resultados.			

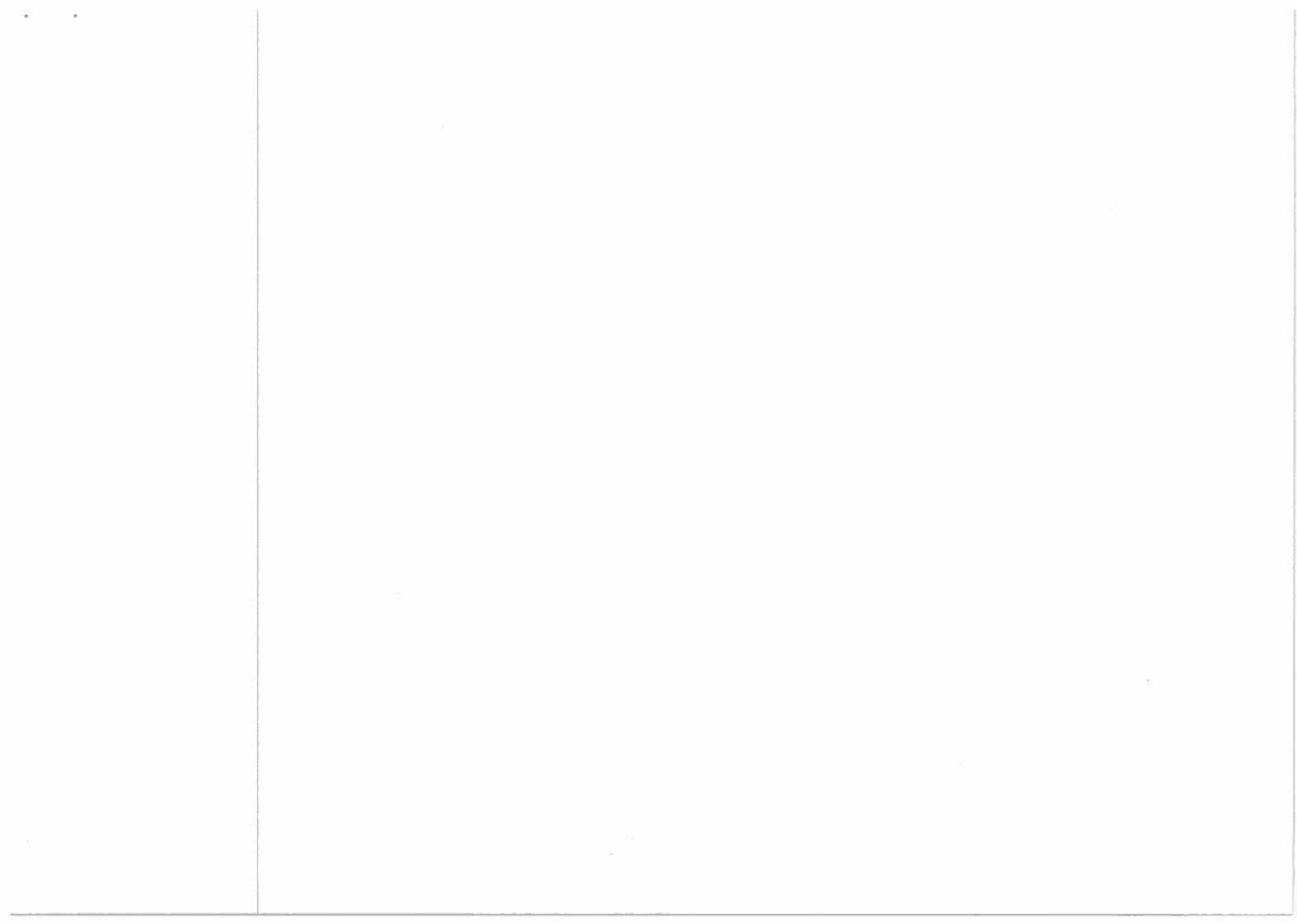
6.3.4 Os registos do produtor devem incluir, pelo menos, o seguinte:

- a) identificação do produto ensaiado;
- b) informações sobre a amostragem:
 - local e data da amostragem;
 - identificação do lote da produção amostrado;
 - frequência da amostragem;
 - formato e quantidade de amostras;
- c) os métodos de ensaio aplicados;
- d) os resultados dos ensaios efectuados;
- e) os registos da calibração dos aparelhos.

De acordo com análise efectuada identifica documentos escritos, que o produtor deve desenvolver na implementação se Sistema de Controlo da Produção na fábrica.

CORRECÇÃO TRABALHOS DE GRUPO

Texto	Documento
<p>...Resultados dos ensaios efectuados durante o CPF...(EN)</p> <p>...garantias da qualidade...</p>	<p>- Procedimento controlo dos documentos e registos</p> <p>- Plano de Monitorização do Produto.</p> <p>- Procedimento de medição e monitorização.</p> <p>- Registos</p>
<p>... Verificações de inspecção e ensaios regulares...(EN)</p> <p>...garantias da qualidade...</p>	<p>- Procedimento de medição e monitorização.</p> <p>- Plano de Monitorização do Produto.</p> <p>- Registos</p>
<p>...controlo das matérias-primas...</p> <p>...funcionalidade efectiva do sistema de controlo da produção...</p>	<p>- Procedimento de compra/verificação do produto comprado;</p> <p>- Procedimento de controlo da produção.</p> <p>- Registos</p>
<p>...equipamento...(EN)</p> <p>...funcionalidade efectiva do sistema de controlo da produção...</p>	<p>- Planos de manutenção de equipamento</p> <p>- Registos</p>
<p>...processo de produção...(EN)</p> <p>...funcionalidade efectiva do sistema de controlo da produção...</p>	<p>- Procedimento de Controlo da Produção;</p> <p>- Registos</p>
<p>...demonstrar a conformidade...(EN)</p> <p>...características exigidas do produto...</p>	<p>- Procedimento de Controlo do Produto Não Conforme</p> <p>- Especificação do Produto /Ficha Técnica</p> <p>- Registos</p>
<p>...registos da calibração... (EN)</p> <p>...características exigidas do produto...</p>	<p>- Procedimento de Controlo dos dispositivos de monitorização e medição.</p> <p>- Certificados de Calibração</p> <p>- Registos</p>



Teste de Avaliação

Curso: MARCAÇÃO CE

Formador: Rosa Petiz

Formando: _____ **CORRECÇÃO** _____ **Data:** _____

Classificação: _____ (1 a 4 – Mau; 5 a 7 – Suficiente; 8 a 10 – Bom)

1. Efectue o cruzamento entre os conceitos identificados na coluna A com a coluna B:

Coluna A

1. Directivas "Nova Abordagem"
2. O Comité Europeu de Normalização (CEN)
3. A directiva 89/106/CE Produtos da Construção
4. Os produtos da construção devem estar aptos ao uso a que se destinam
- 5 O Anexo ZA confere à norma EN o carácter de norma harmonizada

Coluna B

1. por forma a permitir que as obras onde estes sejam incorporados cumpram com os requisitos essenciais da directiva
2. foi transposta pelo Decreto-Lei 4/2007 de 8 de Janeiro.
3. representa todos os organismos nacionais responsáveis pela normalização dentro da UE
4. identificando as suas cláusulas que dão satisfação às exigências essenciais da DPC e que fundamenta a marcação CE do produto tendo e conta o respectivo uso previsto
5. Nova Abordagem, tal como definida pela Comunidade Europeia (CE), representa um modo inovador de harmonização técnica

Cada Cruzamento correcto = 1 valor

Coluna A	Coluna B
1	5
2	3
3	2
4	1
5	4

Teste de Avaliação

2. Identifique a afirmação correcta identificando com uma cruz:

a) Encontram-se no âmbito da DPC "Produtos da Construção":

- ☒ Todos os produtos destinados a ser incorporados ou aplicados, de forma permanente, nos empreendimentos de construção.
- ☐ Todos os produtos destinados a ser incorporados ou aplicados, nos empreendimentos de construção.

b) As Normas europeias (EN)

- ☒ São Normas Portuguesas em Língua Inglesa, Alemão ou Francesa.
- ☐ São Normas Inglesas.

c) No Sistema de avaliação da Conformidade tipo 4

- ☒ Identifica responsabilidades somente para o fabricante/produtor
- ☐ Identifica responsabilidades para o fabricante/produtor e para organismo notificado.

d) A fiscalização da aplicação correcta da directiva dos produtos da construção é da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE),

- ☒ que pode colher amostras dos produtos para verificação da conformidade com as especificações técnicas aplicáveis, junto do produtor, importador, comerciante e na obra
- ☐ que pode colher amostras dos produtos para verificação da conformidade com as especificações técnicas aplicáveis somente junto do produtor.

e) Controlo interno de produção significa

- ☒ Um controlo interno permanente da produção efectuada pelo fabricante
- ☐ Um controlo interno permanente da produção efectuada pelo organismo notificado

Cada Afirmação correcta = 1 valor